



Anais da Assembléia

N.º 27

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 16 DE ABRIL DE 1985

ANO XI

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 23.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 1985.

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, Secretariada pelos Senhores Deputados Sabino Campos e Artagão Mattos Leão.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira Márcio Almeida, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes (45). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Fiori Luiz, Airton Cordeiro, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Gernote Kirims, Homero Oguido, Mário Pereira, Odeni Mongruel, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Tadeu França e Werner Wanderer (12). Achando-se em licença o Senhor Deputado Fuad Nacli (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura das atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja concedida dispensa de publicação em Redação Final, do Projeto de Lei n.º 22/85, oriundo de Mensagem Governamental, que autoriza abertura de Crédito Especial, alterando os Orçamentos das Secretarias de Estado da Administração e Especial para Assuntos de Comunicação Social.

Sala das Sessões, em 16/04/85.

(a) CAÍTO QUINTANA,
Líder do PMDB.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja retirado da Ordem do Dia, a partir de hoje e pelo prazo de 10 (dez) sessões, o Projeto de Lei n.º 178/84, de autoria do Deputado Tadeu França, que estabelece critérios para contratação de apresentações artísticas em Feiras Agropecuárias e outros eventos, na forma que especifica.

Sala das Sessões, em 16/04/85.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Líder do PMDB
LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Líder do PDS
GILBERTO CARVALHO - Líder do PFL

Apoiamento: Erondy Silvério.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a realização, em 10 de junho de 1985, Sessão Especial em Comemoração ao Dia de Portugal e de Camões.

Sala das Sessões, em 16/04/85.

(a) DIRCEU MANFRINATO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo desaparecimento do Senhor Mário Lamberti, ocorrido dia 13 último, na cidade de Cornélio Procopio, onde o extinto era o delegado da Receita Federal.

Sua morte causou muita tristeza e dor aos familiares e ao vasto contingente de amigos que tiveram o privilégio de desfrutar de sua amizade. Pessoa humana, cristã, fiel cumpridora de suas obrigações, dedicou sua vida a fazer o bem ao próximo.

Requeiro, ainda, que a decisão desta

Casa de Leis seja comunicada à família enlutada, através da Delegacia da Receita Federal, em Cornélio Procopio.

Sala das Sessões, em 16/04/85.

(a) ANTÔNIO BELINATI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja consignado um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. MOYSÉS PARCIANELLO, ocorrido no dia 10 de abril de 1985.

REQUER ainda, que seja enviada cópia aos familiares residentes à Rua O. Kucinski, 204 e ao Sr. Vereador Hermes Parcianello, na Câmara Municipal de Cascavel.

Sala das Sessões, em 16/04/85.

(a) EDGARD PIMENTEL

JUSTIFICATIVA:

A homenagem que propomos, objetiva demonstrar o sentimento dos paranaenses, mormente daqueles que residem em Cascavel, pelo passamento de uma pessoa de elevadíssima estima e tradicional família que orgulha Cascavel em virtude da destacada participação na política cascavelense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o registro de voto de pesar pelo falecimento de JOÃO COLLA, em São Miguel do Iguçu.

Outrossim, REQUER seja comunicado o teor deste à família enlutada, através de HONORINO COLLA, funcionário desta Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 16/04/85.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE.

JUSTIFICATIVA:

Ao longo de sua existência as pessoas ou passam e desaparecem sem deixar marcas na memória dos outros, ou marcam profundamente sua passagem pelas realizações de grandes feitos ou por uma característica pessoal de bom relacionamento com sua comunidade.

A vida de JOÃO COLLA foi uma mescla de grandes atos e de grande participação na sociedade, tendo marcado com a sua atuação, o pioneirismo na colonização de São Miguel do Iguçu, para onde começou a levar levas de colonizadores, ainda em 1949. Mesmo profundamente vinculado às lides agropecuárias, nunca deixou de atuar na política da região, pela militância no Partido Trabalhista Brasileiro e, posteriormente, no Movimento Democrático

Brasileiro em cuja atividade sempre emprestou seu nome às grandes campanhas eleitorais, liderando os seus correigionários e pautando sua ação pelos elevados embates políticos, jamais permitindo que o seu rumo fosse orientado pelas diferenças pessoais, nunca misturando política e amizade, e caracterizando-se pela moderação sem radicalização.

No ano de 1983, transferiu-se para Ponta Porã-MS, aonde foi levar seu conhecimento de desbravador e agricultor de larga experiência.

Aos 76 anos, após atuar por toda uma vida na organização das comunidades por onde passou, mostrando, assim, seu grande espírito de liderança e sucesso nas atividades agropecuárias, sofreu longa e penosa enfermidade, vindo a falecer no dia 07.04.85, em Ponta-Porã-MS, tendo sido sepultado em São Miguel do Iguçu, local que ajudou a fundar e onde ainda se sente a marca do seu pioneirismo.

Particularmente, JOÃO COLLA sempre me inspirou o maior respeito pela sua ponderação no trato dos assuntos políticos e comunitários e é bastante perceptível na região toda que o seu passamento deixou um vazio difícil de ser preenchido em São Miguel do Iguçu, junto a familiares, ao incalculável número de amigos e ao povo em geral.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da presente sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Luiz Raimundo Crestani, ocorrido recentemente na Municipalidade de Ubatã.

O Senhor Luiz Raimundo Crestani nasceu no dia 10 de janeiro de 1930, no Município de Nova Prata, no Estado do Rio Grande do Sul. Em Ubatã, aquele Senhor chegou há muitos anos atrás, atraído pelos diversos potenciais da região, notadamente do alto teor fértil do solo, donde a agricultura era, como atualmente é, a maior atividade de sustentação sócio-econômica, estabelecendo-se como comerciante. Naquela atividade, Luiz Crestani se destacou pela sua honestidade e competência nos negócios, o que lhe proporcionou ter, ao longo destes anos, o respeito e admiração de seus muitos amigos.

Por se tratar de uma pessoa bem relacionada na comunidade destacou-se na política, sendo Vereador durante o período legislativo de 1973 a 1977, se notabilizando como um legítimo representante daquela sociedade,

demonstrando grande vocação como homem público exatamente pela sua preocupação constante que tinha com relação ao processo desenvolvimentista de Ubiratã, que deveria, segundo ele, ser voltada antes de tudo para os reais interesses da comunidade.

Não poderia, portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, deixar de REQUERER o devido, justo e merecido registro nos Anais deste Poder, um pouco da atividade de Luiz Raimundo Crestani, que, além de deixar um grande círculo de amigos, deixa também viúva a Senhora Ireni Alves Crestani e aos filhos Luiz Raimundo Alves Crestani, Paulo Alves Crestani, Carlos Alves Crestani e Rita de Cássia Crestani, além de quatro netos.

Sala das Sessões, em 16/04/85.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o registro de voto de pesar pelos falecimentos de JOVELINO ZANONI, AQUELINO ZANONI e JOSÉ LUIZ ZANONI, na Vila Bendo, em Santa Terezinha de Itaipu.

Outrossim, REQUER seja comunicado o teor deste às famílias enlutadas, por intermédio do Vereador OLÍVIO BENDO, no Município de Santa Terezinha de Itaipu.

Sala das Sessões, em 16/04/85.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE.

JUSTIFICATIVA:

Considerando-se ser o instinto de sobrevivência o mais forte do homem, é possível entender a luta, sempre inglória, travada entre este e a morte, aliás, o único fato inevitável e certo na vida.

Mais dramático ainda é o sentimento de perda insubstituível que sentem os familiares e os amigos de uma pessoa que se foi. Porém, quando o fim chega através de um acontecimento trágico, atingindo várias pessoas de uma mesma família, de uma mesma comunidade, mais dramática se torna a situação, particularmente relevando-se o grau de aceitação dessas pessoas no meio em que vivem.

Foi o que acabou por acontecer no dia 25/03/85 quando os irmãos AQUELINO e JUVELINO ZANONI, filhos de Germano e Luiza Zanoni, e JOSÉ LUIZ ZANONI, filho de Raimundo e Olívia Zanoni, perderam a vida na Vila Bendo, em Santa Terezinha do Itaipu.

Mais triste é o acontecimento, sabendo-se que os três jovens estavam fazendo a limpeza do poço de água, junto à sua moradia, trabalhando com afinco, fato comum a todos os da família Zanoni

e por cuja característica eram vastamente conhecidos e respeitados, bem como pela boa índole no trato com todas as pessoas da região.

Particularmente, muito me chocou o acontecimento, em razão da grande relação de amizade que tenho com toda a família desde os tempos em que iniciei minha vida pública em Foz do Iguaçu, onde os seus membros fizeram parte dos desbravadores intrépidos e incansáveis que colonizaram a região.

Sempre me impressionou sobremaneira a atividade incansável dessa família de agricultores, na busca do aperfeiçoamento de sua atividade, o que lhe trouxe os resultados esperados, embora modestos, mas conseguidos com muita honradez, atitude aliás, que foi copiada por muitos da região.

O clima de profunda tristeza e inconformidade de todos quantos acompanharam o acontecimento, serve como conclusão do alto grau de aceitabilidade dos jovens mortos junto à sua comunidade.

É justo que se registre um voto de pesar pela morte dessas pessoas, insubstituíveis no seu meio.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da presente sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Carmino Donato, ocorrido recentemente na Municipalidade de Curitiba.

Não poderia deixar de requerer o devido e justo registro nos Anais deste Poder Legislativo, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Carmino Donato, ocorrido recentemente, nesta Capital. Nascido em Ourinhos, Município situado no Estado de São Paulo, em 1910, exatamente no dia 13 de abril, Carmino Donato veio para o Paraná onde se instalou como construtor de residências, na cidade de Arapongas. Naquela cidade, foi um de seus mais ilustres pioneiros, lá tendo chegado nos idos de 40, permanecendo até a década de 60.

Em Peabiru, chegou por volta de 1965, se estabelecendo com a sua atividade profissional, construindo unidades residenciais. O Sr. Carmino Donato sempre foi um homem que demonstrou grande preocupação com os problemas angustiantes do povo brasileiro, notadamente no, que dizia respeito à região do Paraná que conhecia.

Neste sentido, tendo em vista a postura crítica frente aos diversos momentos políticos, foi candidato a

Vice-Prefeito pela Oposição, então, obtendo naquela oportunidade, juntamente com o candidato a Prefeito e Vereadores uma expressiva votação no município.

O falecimento do Sr. Cammino Donato enlutou a população de Arapongas e Peabiru, onde, ao longo dos anos, teve um intenso convívio, obtendo um grande círculo de amizade. Deixa também os seguintes filhos: Evanil Aparecida Donato Estevarin (professora), Cammino Donato Júnior (advogado), Dalvanil Donato Martins (professora), Silvanil Donato Demeti (professora) e a esposa, Senhora Maria Lopes Donato, além de nove netos.

Sala das Sessões, em 16/04/85.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de telex à SEED, solicitando urgentes providências com vistas à normalização das aulas nos cursos de magistério desenvolvidos pelos estabelecimentos estaduais de ensino.

Sala das Sessões, em 16/04/85.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

É incompreensível que, em um Governo de compromissos tão evidentes com a expansão e melhoria do ensino de 1.º e 2.º graus, como é o caso do Governo José Richa, aconteçam situações de paralisação de atividades letivas em decorrência da morosidade na tomada de decisões administrativas.

As recentíssimas e atuais ocorrências de suspensão de aulas nos cursos de magistério em Londrina e Cambé, motivadas pela inexistência de supervisão de estágio, atividade curricularmente prevista, merecem rápidas soluções. Ainda mais por se tratar de uma situação que diz respeito aos cursos de magistério existentes em toda a rede de ensino do Paraná.

Apesar de compreendermos ser esta situação mais uma herança dos Governos anteriores, que jamais atribuíram à Educação caráter de prioridade que, hoje, o Governo Richa lhe confere, é urgente a sua normalização através de providências que dêem condições de desenvolvimento dos estágios supervisionados reivindicados.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de telex ao DD. Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, solicitando a imediata substituição do Delegado Regional

do Trabalho do Paraná.

Sala das Sessões, em 16/04/85.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

A 1.ª Convenção Estadual do Setor Trabalhista do PMDB, realizada neste domingo, discutiu e aprovou moção dirigida ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Trabalho, parabenizando-o pela revogação das portarias que cercearam a livre atuação sindical de dezenas de lideranças injustamente afastadas do movimento sindical pelo Governo passado. Ao mesmo tempo, posicionaram-se favoravelmente à substituição do atual Delegado Regional do Trabalho, por ter tido um desempenho sempre comprometido com os interesses anti-populares dos Governos da antiga ARENA e atual PDS.

O autêntico movimento sindical paranaense sempre sorriu as consequências do cerceamento que o ainda atual Delegado Regional do Trabalho lhe impingiu. Em virtude das mudanças políticas ocorridas, carece de qualquer base de sustentação uma gestão prepotente e arbitrária da representação do Ministro do Trabalho no Paraná. Neste sentido tem sido inúmeras as manifestações no próprio meio sindical.

O PMDB, através principalmente de suas Bancadas Federal e Estadual de Deputados, tem reiteradamente e de há muitos anos, questionado esta situação e, representando o legítimo anseio das classes trabalhadoras paranaenses, aguardam a imediata substituição, não só da pessoa do atual Delegado Regional do Trabalho, mas fundamentalmente da orientação e do estilo do relacionamento com as questões relacionadas ao permanente conflito capital/trabalho.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de sugestão ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, Doutor Affonso Alves de Camargo Netto, solicitando empenho no sentido de se viabilizar a pavimentação asfáltica da Rodovia Toledo - Porto Britânia, passando pelas localidades toledanas de Xaxim, Nova Concórdia, Dez de Maio, com acesso para Cerro da Lola e Km 41, e no Município de Marechal Cândido Rondon pelas localidades de Linha União, São Cristovão, Vila Margarida e Pato Bragado.

Sala das Sessões, em 16/04/85.

(a) GERNOTE KIRINUS.

JUSTIFICATIVA:

A população de tais localidades

reivindica a pavimentação asfáltica destas rodovias pioneiras demarcadas há cerca de 20 anos.

Centros de produção agro-pecuária de significativa importância econômica, situam-se nestas localidades e contribuem a ressaltar a nossa condição de Estado produtor e precisando de meios mais apropriados para o pronto escoamento junto à Comunidade vêm através de uma Comissão Permanente visando a arrecadação de fundos para tal finalidade, no claro propósito de participação Estado e Sociedade dar soluções conjunta aos problemas que os afligem.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Coronel RAUL VICTOR LOPES, DD. Comandante Geral da Polícia Militar do Estado, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, solicitando a permanência dos soldados daquela corporação junto às Delegacias de Polícia do Interior, especificamente nos municípios de Ampére, Barracão, Capanema, Capitão Leônidas Marques, Chopinzinho, Dois Vizinhos, Nova Prata do Iguaçu, Pérola d'Oeste, Planalto, Pranchita, Realeza, Salto do Lontra, Santa Isabel do Oeste e Santo Antônio do Sudoeste, dando-se ciência deste requerimento aos Senhores Prefeitos e Delegados dos municípios mencionados.

Sala das Sessões, em 16/04/85.

(a) CAÍTO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

Segundo chegou ao nosso conhecimento, estaria havendo a intenção de retirar o policiamento militar das funções que exercem junto às Delegacias de Polícia do Interior. Entretanto, tal medida viria certamente acarretar sérios problemas à segurança dos municípios, vez que o policiamento civil não é suficiente. Assim, nosso apelo ao Comando da Polícia Militar, através da Secretaria de Segurança, no sentido de que seja mantido o apoio militar às Delegacias de Polícia.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Doutor Luiz Felipe Haj Mussi, Secretário de Estado da Segurança Pública, seja determinado o serviço de assistência médica e dentária aos detentos da 9ª

Subdivisão Policial do Estado.

Sala das Sessões, em 16/04/85.

(a) FERRARI JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

Em atenção ao requerido pelo nobre Edil Jorge Vieira do Prado, da Câmara Municipal de Maringá, estamos dando total apoio ao mesmo.

Essa constatação feita pelo nobre Edil é de fundamental importância pois o ser humano, mesmo detento, deve ter assistência médica e dentária, para no mínimo minimizar o sofrimento de um cárcere.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Gal. Waldir Eduardo Martins, comandante da 5ª RE/DE, para que se estude a viabilidade de dispensa obrigatória do Serviço Militar, à jovens da zona rural dos municípios do Paraná.

Sala das Sessões, em 16/04/85.

(a) FERRARI JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

Em atenção ao requerido pelo nobre Edil João Batista Sanches, da Câmara Municipal de Maringá, estamos dando total apoio à reivindicação de se excluir da obrigatoriedade do Serviço Militar a todos os jovens da zona rural, a fim de evitar o êxodo rural que é verificado em todas as épocas em que ocorrem convocações.

Tal solicitação prende-se ao fato de que mormente na região de Maringá, eminentemente agrícola, o problema é sentido bem de perto.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado à direção da Viação Garcia S/A, solicitando providências para que sejam colocados melhores ônibus nas linhas de maior percurso, sobretudo MARINGÁ-CURITIBA, cujo itinerário, mormente à noite, é servido por péssimos carros.

Sala das Sessões, em 16/04/85.

(a) FERRARI JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

Em atenção ao requerido pelo nobre Edil Orides Angeli, da Câmara Municipal de Maringá, estamos dando nosso apoio para que a direção da Viação Garcia S/A, solicitando providências para que sejam

Colocados melhores ônibus, mormente no percurso longo entre MARINGÁ-CURITIBA, cujo itinerário, mormente à noite, é servido por péssimos ônibus, conforme constatou o edil proponente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. DENI LINEU SCHWARTZ, M.D. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando o cascalhamento da estrada do Distrito de Rosário, Município de Grandes Rios, passando pela localidade de Vila União até o Rio Alonso, e, também o cascalhamento da estrada da localidade de Campineiro do Sul, ao entroncamento da estrada que passa por Vila União.

Sala das Sessões, em 16/04/85.

(a) IRONDI PUGLIESI.

JUSTIFICATIVA:

O cascalhamento da estrada de Rosário ao Rio do Peixe e Campineiro do Sul ao entroncamento da estrada da Vila União, que ligará à estrada que será construída em outubro próximo, bem como a ponta sobre o Rio do Peixe, passando por Caitê, Palmital, até a cidade de Ortigueira.

Esta região se destaca principalmente pela cultura da lavoura branca, compreendendo o plantio de arroz, feijão, milho, etc.

Esclarecemos que o total de quilômetros para o cascalhamento da estrada de Campineiro do Sul ao entroncamento que passa por Vila União (Água Amarela), é de aproximadamente 8 quilômetros.

A cada dia que se passa, a situação se agrava mais, no tocante as condições de transporte agrícola daquela região.

O cascalhamento acima referido, em muito facilitará o escoamento de safras agrícolas, contribuindo para a arrecadação fiscal dos municípios, que giram exclusivamente em torno da agricultura e distribuídos, na maioria, em pequenas propriedades rurais.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Almir Pazianotto, Ministro do Trabalho, manifestando o nosso apoio ao recurso administrativo impetrado pela APPD - Nacional.

Sala das Sessões, em 16/04/85.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

O ex-Ministro do Trabalho, Murilo

Macedo, em seu último dia de despacho, em 13 de março, baixou portaria alterando o enquadramento sindical dos trabalhadores da área de processamento de dados, excluindo do mesmo o caráter de diferenciado da categoria.

Este ato tem como consequência imediata enorme prejuízo para os trabalhadores de processamento de dados, reduzindo de forma drástica o contingente de profissionais enquadráveis no sindicato. Assim, seriam sindicalizáveis apenas os empregados das empresas específicas de processamento de dados, sem distinção, ficando de fora todos os demais trabalhadores do ramo que exerçam suas atividades em outras empresas. Num Estado como o Paraná, por exemplo, uma minoria poderia continuar no sindicato, já que a maior parte trabalha em empresas que apenas utilizam processamento de dados, mas que têm esta atividade como um fim; são empresas de outros ramos econômicos. Esta portaria ministerial reveste-se de um caráter autoritário tremendamente nocivo aos trabalhadores, pois além de interferir na sua organização, contempla plenamente os interesses patronais, manifestos principalmente pela ingerência direta da Federação Nacional dos Bancos - FENABAM - e Federação Brasileira das Associações de Bancos - FEBRABAN, que trabalhará ostensivamente pela derrubada do enquadramento sindical.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente a Sua Excelência o Senhor Ministro da Educação Senador Marco Maciel, solicitando seja feito um repasse urgente de verbas à Universidade Federal do Paraná, para utilização nas aulas de campo de Curso de Geologia, sem o que o referido curso estará sensivelmente prejudicado em seu currículo.

Sala das Sessões, em 16/04/85.

(a) CAÍTO QUINTANA.

Apoiamento: Gilberto Carvalho.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a instalação de Módulo Policial no Conjunto Habitacional Dr. Milton Luiz Pereira, na cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 16/04/85.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O Conjunto Habitacional Dr. Milton Luiz Pereira conta com mais de 6.000 habitantes e os seus moradores, unidos e organizados em torno da Associação dos Moradores daquele conjunto, estão reivindicando a instalação de Módulo Policial por motivos de segurança.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente à Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR, solicitando aumento de verba e de gêneros alimentícios para a merenda escolar das escolas do Município de Peabiru.

Sala das Sessões, em 16/04/85.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

Em reunião realizada na semana passada com diversos moradores da cidade de Peabiru, constatamos que uma das principais reivindicações dos presentes foi no sentido de aumentar verbas e produtos alimentícios na merenda escolar das escolas daquele município, tendo em vista a insuficiência da quantia existente, o que vem obrigando muitos pais de família a doarem alimentos para a complementação da merenda escolar em algumas escolas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, solicitando doações de livros e publicações diversas para a Biblioteca Pública de Peabiru.

Sala das Sessões, em 16/04/85.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O acervo literário, cultural e informativo da Biblioteca Pública Municipal da cidade de Peabiru não tem sido suficiente para atender os estudantes e o público em geral que recorre àquele estabelecimento para consultas e leituras, por esse motivo, a reivindicação junto à Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte é necessária, uma vez que a referida centraliza endereços e contatos com editoras e instituições do gênero para doações ou aquisições a preços subsidiados.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente do Departamento de Trânsito do Paraná solicitando esclarecimentos sobre o protocolo n.º 019415, de 19.09.1984.

Sala das Sessões, em 16/04/85.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

Recebemos ofício neste sentido do Diretório Municipal do Partido Democrático Brasileiro do Município de Quinta do Sol. A demora no atendimento ou justificativa sobre decisão tomada no caso por parte do DETRAN é injustificável porque já se passaram mais de 6 meses da data de entrega de documentação, e até o momento o DETRAN não se pronunciou sobre o caso.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Dr. Luiz Felipe Haj Mussi - D.D. Secretário de Estado da Segurança Pública, manifestando seu irrestrito apoio à Associação dos Agentes de Segurança pela reivindicação da supressão da carreira de Agentes de Segurança, igualando-os à carreira de Detetive e a criação da carreira de Investigador.

REQUER, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dada ciência à referida Associação, na pessoa de seu Vice-Presidente, Sr. Luiz Pellegrin Neto.

Sala das Sessões, em 16/04/85.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura Claus Magno Germer, solicitando providências no sentido de cancelamento do registro de empresas que causam violações costumaz das normas de aplicação aérea de agrotóxicos prescritas pelo Ministério da Agricultura, o que se verifica em Toledo e Nova Santa Rosa, conforme documento em anexo.

Sala das Sessões, em 16/04/85.

(a) SABINO CAMPOS

Toledo, Nova Santa Rosa (PR),
06 de março de 1985.

Comissão de Agricultura da
Assembléia Legislativa do Estado
Curitiba-Pr.

Em posição tomada por agricultores, engenheiros agrônomos, representantes da Associação de Meio Ambiente de Toledo, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Toledo e afins, em reunião realizada no dia 1.º de março sobre Aplicação Aérea de Defensivos Agrícolas, em Vila Nova (Toledo), chegou-se à conclusão que é impraticável a continuidade de tal meio de controle de pragas e moléstias, visto a região ser quase que exclusivamente de mini e pequenos agricultores, com características fundiárias inadequadas, de onde resultam contaminações por deriva a longas distâncias do local proposto para aplicação.

Visando a não poluição do ambiente, como é ponto básico de apoio e incentivo do Governo Estadual, com o incremento à utilização do próprio Baculovirus anticarsia, reduzindo a utilização inadequada de defensivos agrícolas, vem de encontro com o que ocorre de exageros com a aviação agrícola na região, sem a devida observação das normas primárias de segurança, ocorrendo contaminações em grande escala, sem uma fiscalização eficaz por parte do Ministério da Agricultura, órgão responsável para tal.

Solicitamos das autoridades competentes a devida providência no que tange a pena do cancelamento do registro das empresas que causam violação contumaz das normas de aplicação prescritas pelo Ministério da Agricultura.

Observamos que nos Municípios de Toledo e Nova Santa Rosa-PR, eminentemente favoráveis e seguidores dos preceitos ambientais, com exemplos para o Brasil e para o próprio Exterior, se vê obrigado a recuar e paralisar trabalhos dignos de serem seguidos, como por exemplo o próprio desincentivo ao esquema de abastecedores comunitários pelos agricultores, que se sentem ultrajados com o desrespeito que as aeronaves causam aos seus patrimônios, poluindo os próprios locais protegidos por eles.

Devemos analisar a utilização do Baculovirus anticarsia, que está ameaçando pela deriva proporcionada pela aplicação por aeronaves e porque não dizer, o agricultor e sua família.

Apelamos por medidas urgentes a serem tomadas, no sentido da paralisação imediata dos abusos que vem ocorrendo.

Atenciosamente

(aa) TILO NODARI

Presidente do Sindicato dos
Trabalhadores Rurais de Toledo

BELMOR C. PALMA

Pres. da Associação Defesa Educ.

Amb. de Toledo

ALBINO CORAZZA NETO

Prefeito Municipal de Toledo

DEOCLIDES BISOGNIN

Presidente Núcleo Agrícola de Toledo

SILLA SCHROEDER

Presidente da Associação das

Donas de Casa de Toledo

ADOLFINO GATTO

Presidente do Sindicato Rural

Patronal de Toledo

ATÍLIO MARÓSTICA

Presidente da COOPAGRO

DALVO COLOMBO

Presidente da Associação de Técnicos

Agrícolas de Toledo

ALBERTO FEIDEN

ACARPA Nova Santa Rosa

ELIO MIGLIORANZA

Prefeito Municipal de

Nova Santa Rosa

ALMIRO WILHEMS

Presidente do Sindicato dos

Trabalhadores Rurais NSR

NELDO PREHL

Administrador da Granja e

Orfanato Lar Belém

LEOPOLDO SCHIRMER

Presidente Com. Mun. e

Preservação do Meio Ambiente

FRANCISCO ZASTROV

Agricultor NSR

JACOB IVO HOFFMANN

Coordenador Com. Ed. COOPAGRO

LUIZ OGAWA

Diretor do Hospital Bom Jesus de Toledo

AVELINO CAMPAGNOLO

Diretor do Hospital Dr.

Campagnolo Too

DINART BITTENCOURT

SUREHMA- Toledo

ZENO KIELING

Coordenador do Comitê Educativo

SUDCOOP

VALDIR RECCANELLO

COOPAGRO-Vila Nova-Toledo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor WALTZER DONINI, Diretor Presidente da Companhia Paranaense de Silos e Armazéns, solicitando providências urgentes, para a reativação do esquema de atendimento efetuado durante a safra de feijão, pela unidade de Cerro Azul.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1985.

(a) ACIR MEZZADRI.

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação prende-se ao fato de que esta Companhia, na comercialização da safra de feijão manteve em seu armazém, uma equipe de funcionários capacitados para o atendimento dos agricultores do Municípios de Cerro Azul e Adrianópolis, e que após o advento daquela safra houve a desativação desse esquema. Acarretando com isso sérias dificuldades aos interessados na comercialização da atual safra de milho.

Pelo exposto, solicitamos urgentes providências para a reativação do esquema de atendimento, com a designação de um encarregado, para proceder o recebimento do produto, efetuar os exames para a determinação das impurezas do produto, emissão de guias de entrada dos produtos, controle das AGFs, avisos de crédito, emissão de notas fiscais, recibos de depósitos e demais elementos para o bom desempenho daquela unidade armazenadora e um correto atendimento aos pequenos produtores daquela região, garantindo com essa medida, a comercialização da safra pelo preço justo, evitando a especulação através dos intermediários, que procuram adquirir o produto por preços inferiores aos determinados pela C.F.P.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, atendendo às formalidades regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Diretor-Presidente Waltzer Donini, da Companhia Paranaense de Silos e Armazéns, solicitando ao mesmo a tomada de providências em relação ao atendimento realizado atualmente na área de Altônia, e da possibilidade da instalação de uma unidade da COPASA no citado município em regime de urgência.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1985.

(aa) GERNOTE KIRINUS
NELSON VASCONCELLOS.

JUSTIFICATIVA:

Os pequenos produtores vêm sendo explorados miseravelmente na comercialização de seus produtos devido a falta de fiscalização séria.

Várias irregularidades estão ocorrendo segundo denúncias que recebemos e entendemos que tal tipo de crime não pode continuar.

Na classificação de certos produtos agrícolas, a CLASPAR dá uma classificação e a Cooperativa sempre classifica abaixo da realidade em detrimento, no caso, do

pequeno e médio produtor.

Recebemos informações que a classificação do café, pelo IBC, é uma e da Cooperativa, que compra, a classificação é baixa.

Não tendo como e a quem vender, o produtor, para cumprir com suas obrigações, se vê forçado a vender um produto de boa qualidade e boa classificação a preços baixos.

Sabemos e lamentamos a falta de responsabilidade diante de informações, de que na máquina alugada pela COPASA de Terra Roxa, em Altônia, cerca de duas mil sacas de feijão estocadas, (de um total de onze mil) estão bichadas, não servindo o produto para comercialização, enquanto a fome e a miséria campeiam os lares de centenas de trabalhadores.

Os próprios produtores da região em questão, alimentam esperança de que com o funcionamento de uma unidade da COPASA, possam merecer atenção maior e não necessitam pagar, como ocorre hoje, à determinados compradores, o frete das vendas realizadas e possam comercializar com segurança.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente, ao Senhor LUIZ FELIPE HAJ MUSSI, M.D. Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de que venha elaborar estudos sobre a construção de um novo prédio para a CIRETRAN de Arapongas, visto o péssimo estado em que se encontra o atual.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1985.

(a) IRONDI PUGLIESI.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Arapongas, conta com aproximadamente 55.000 habitantes, estando, portanto, o prédio da atual CIRETRAN, praticamente que incapacitado a atender sua população, devido seu pouco espaço, fato esse que vem acarretar acúmulos de serviço. Além disso, o prédio não oferece as mínimas questões de segurança, pois, seu estado é precário, face ao seu tempo de construção.

A presente solicitação, está sendo feita pelo Senhor Prefeito do Município, bem como os líderes políticos e sua população.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor FERNANDO EUGÊNIO GHIGNONE, M.D. Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, para que o mesmo elabore estudos, a fim de que seja implantado um sistema completo de iluminação junto à Cancha Poli-esportiva da Escola Estadual Basílio Pertew- ensino de 1.º Grau, no Distrito de Ângulo - Município de Iguaraçu.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1985.

(a) IRONDI PUGLIESI.

JUSTIFICATIVA:

Atualmente, a Escola Estadual Basílio Pertew- ensino de 1.º grau, conta com 520

alunos regularmente matriculados, sendo que destes, 200 estudam no período noturno, cursando de 5.ª a 8.ª séries.

A prática de esportes nesta escola está restrita somente aos alunos do período diurno, visto que, os alunos do período noturno, encontram-se impossibilitados a praticar esportes; devido a falta de iluminação na predita cancha, dificultando inclusive as aulas de Educação Física.

A presente solicitação está sendo feita pelos Representantes do Diretório Municipal do PMDB, do Município de Iguaraçu, bem como pelos Diretores da Escola.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente, ao Senhor LUIZ FELIPE HAJ MUSSI, M.D., Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de que seja implantado um posto de Identificação, junto ao Município de Nossa Senhora das Graças, por não existir nesse Município o referido órgão.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1985.

(a) IRONDI PUGLIESI.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Nossa Senhora das Graças, conta com aproximadamente seis mil habitantes.

A implantação de um Posto de Identificação, junto ao predito município, muito contribuirá, devido a maior parte da população não possuírem Carteira de Identidade, visto que dificulta a ida da maior parte da população, às localidades mais próximas para tirarem seus

documentos.

Assim sendo, facilitaria não só a população de Nossa Senhora das Graças, como também as dos distritos vizinhos, ou mesmo as pessoas que residem em sítios ou comunidades daquela região.

A presente solicitação, está sendo feita pelo Senhor Prefeito Municipal, bem como pelos líderes políticos da região e sua população em geral.

Esclarecemos que a Prefeitura arcará com remuneração do funcionário, bem como irá ceder o local para a instalação do Posto de Identificação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, sejam encaminhados expedientes ao Presidente em Exercício, JOSÉ SARNEY, ao Ministro do Planejamento, JOÃO SAYAD, assim como ao Deputado ULISSES GUIMARÃES, Presidente do PMDB e ao Senador JORGE BORNHAUSEN, Presidente Nacional do PFL, sugerindo-lhes que sejam amplamente divulgados e publicados, para fortalecimento da implantação da Nova República, o Programa da Aliança Democrática e as Diretrizes do Governo Tancredo Neves, bem como a reprodução dos últimos pronunciamentos do Presidente Eleito do Brasil e das entrevistas em que o mesmo abordou temas relacionados com a Programação Administrativa e Metas da Nova República.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1985.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A enfermidade da qual padece a Nação Brasileira é mais antiga e tão grave quanto o estado de saúde do Presidente Tancredo Neves.

O precário estado deste notável brasileiro, que percorreu todo o País, pregando a união e a volta total da democracia, somente poderá servir de estímulo para que se instale em definitivo, no Brasil, a Nova República.

Desde o dia 15 de março, a Nação vive na expectativa de mudanças comandadas por Tancredo Neves, as quais, segundo se noticia, foram implantadas no Programa da Aliança Democrática e constam das diretrizes do Governo que ora está sendo empossado.

A ausência do Presidente Tancredo Neves, não poderá impedir que a vontade popular prevaleça em nosso País.

Assim, compete à classe política, com amparo de todos os brasileiros, demonstrar

que o Governo Tancredo Neves nasceu forte e saudável e que personaliza os anseios de todos, podendo transformar-se na figura viva e constante do Presidente eleito perante o seu povo, com o qual assumiu compromissos que sempre pensou em honrar, daí sua luta para sobreviver e comandar a Nação.

Todavia, se o seu estado de saúde não permitir a sua imediata presença à frente do Governo, a Nova República não poderá sofrer soluções de continuidade, devendo seguir a caminhada já iniciada com muitos sacrifícios.

A chama viva da presença honrada e da posição de emérito estadista, firmada por Tancredo Neves, estará presente entre nós, para que tenhamos forças para ultrapassar todos os obstáculos.

A Nova República já pertence a toda a população brasileira, e suas metas devem ser conhecidas por todos, a fim de que essa programação possa ser concretizada.

Ao povo, e somente ao povo brasileiro, cabe o acompanhamento da definitiva instalação da Nova República, a qual somente estará implantada em concreto depois da instalação de uma Assembleia Constituinte, cuja convocação é aguardada com ansiedade.

A estratégia a ser seguida pelo novo Governo deverá ser levada ao conhecimento do povo.

Para isso, estamos solicitando a ampla divulgação e publicação do Programa da Aliança Democrática, principalmente sustentáculo da Nova República e das diretrizes e metas do novo Governo, bem como dos pronunciamentos e entrevistas do Presidente Eleito Tancredo Neves, em que tenha mencionado o que pretendia fazer no comando desta sofrida, mas esperançosa Nação Brasileira.

Divulgando um programa sintonizado com a vontade popular, abordando as diretrizes básicas a serem aplicadas na política econômica, e nas demais áreas como agricultura, dentro das mudanças que se impõem, a Nova República certamente encontrará suficiente respaldo para eternizar como o maior evento nacional de todas as épocas, a instalação da Nova República, e, conseqüentemente, do GOVERNO TANCREDO NEVES, ainda que este tão ilustre e idolatrado brasileiro continue indefinidamente impedido de contribuir com sua presença física à frente da Nação, pois, seu elevado espírito, seu sofrimento e amor ao povo, ao lado da firmeza que demonstrou no propósito de conduzir este País à sua total recuperação, com toda a certeza estará sempre presente entre nós.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o Presente subscreve, no uso de suas atribuições:

Considerando: que a Gruta de Campinhos, é um dos principais pontos turísticos do Vale da Ribeira, representando um monumento natural que encanta os visitantes;

Considerando: que a Gruta de Campinhos recebeu no passado, milhares de visitantes que recolheram a par da beleza natural do lugar, importantes lições sobre a evolução dos processos da natureza;

Considerando: que o estado de conservação da Gruta, bem como do acesso à mesma através da BR-476, Estrada da Ribeira, encontra-se em condições precárias,

REQUER, ouvido o Plenário, que seja enviado expediente à Empresa Paranaense de Turismo- PARANATUR, no sentido de proceder os serviços mínimos para a recuperação da Gruta de Campinhos, situada às margens da BR-476, Estrada da Ribeira.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1985.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à Comissão do Congresso Nacional que analisa propostas de reforma da legislação eleitoral, solicitando a extensão do direito do voto aos milicianos brasileiros através de aprovação da Emenda Constitucional proposta pelo Deputado Armando Pinheiro.

Realmente, não se justifica o fato dos valorosos cabos e soldados da PM serem cerceados do exercício da plena Democracia, notadamente nesta nova fase da História Brasileira.

Outrossim, aprovado este requerimento dê-se ciência da decisão da Casa à Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar do Estado, brilhantemente presidida por Sebastião Félix de Souza.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1985.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, na qualidade de representante eleito pela comunidade de Ponta Grossa e da região dos Campos Gerais, e, considerando que com bastante freqüência se vê o Parlamentar

instado a prestar esclarecimentos a diversos setores da coletividade no que se refere ao repasse da arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias - ICM, do Estado para o Município, visando poder bem esclarecer pontos que parecem duvidosos, gerando, por vezes, frustrações de expectativas de parte das lideranças do interior e, com o intuito de evitar falsas e apressadas conclusões, ou por outro lado, reivindicações com suporte técnico, quando for o caso, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário das Finanças, Doutor JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS, no sentido de que sejam prestadas informações ao que se segue:

1- Qual o volume total arrecadado pelo Imposto de Circulação de Mercadorias - ICM, nos meses de junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 1984, e, janeiro, fevereiro e março de 1985;

2- Deste volume total, quanto, em cada mês, foi repassado, na forma prevista em lei, para os municípios;

3- De que forma e em que datas se processa o mencionado repasse;

4- Quais os critérios utilizados e sua forma de cálculo, para a fixação dos coeficientes que servem de base para a distribuição dos valores para cada um dos municípios;

5- Se ocorreu que alguns municípios tivessem alterações em seus coeficientes para o exercício de 1985, em relação a 1984, e, em caso positivo:

- a) Quais os municípios que tiveram coeficientes aumentados, de quanto para quanto e a causa de cada caso;
- b) Quais os municípios que tiveram coeficientes reduzidos, de quanto a quanto e a causa de cada caso.

Sala das Sessões, em 16/04/85.

(a) ODENI MONGRUEL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente aos Excelentíssimos Senhores Claus Magno Germer e Francisco Simeão Rodrigues Neto, respectivamente, Secretário de Estado da Agricultura e Indústria e Comércio, solicitando que se determine medidas urgentes para que sejam sanadas as arbitrariedades que estão culminando com o esvaziamento dos produtores sericícolas do Estado e sua respectiva comercialização, adotados pela Federação da Agricultura do Estado de São Paulo "FAESP", que se auto denominam representantes dos produtores estaduais.

Sala das Sessões, em 16/04/85.

Curitiba, terça, em 16.04.85
(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social visando a implantação de um programa de fluoretação na água distribuída para a população da Municipalidade de Boa Esperança.

Um programa de fluoretação para o conjunto dos habitantes do Município de Boa Esperança permitirá dar aos mesmos maior tranquilidade à saúde, no que diz respeito à higiene bucal. Tal planificação, sem dúvida alguma, se implantada, atingirá centenas de crianças em idade pré ou escolar, pois, evitará o aparecimento de muitas cáries, que certamente apareceriam sem a fluoretação.

É de capital importância que essa Pasta determine o imediato atendimento da solicitação ora exposta, já que a mesma se reveste de grande importância para o setor de saúde do município, e, mais do que isto, vêm de encontro aos reais interesses das autoridades constituídas.

Sala das Sessões, em 16/04/85.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Finanças no sentido de que se estude a real possibilidade da construção de uma sede própria para a agência de rendas na Municipalidade de Araruna.

De acordo com ofício oriundo do Poder Executivo Municipal Araruense, a presente reivindicação se faz necessária tendo em vista que atualmente a agência de rendas está funcionando em prédio alugado, o que tem encarecido muito.

Ademais, conforme também informa o Excelentíssimo Senhor Prefeito, Osvaldo Valarini, Araruna necessita contar com um atendimento a altura de seu potencial, só possível com a construção de uma sede para abrigar aquele citado organismo estadual.

Neste sentido e diante da exposição de motivos ora apresentados, é de esperar dessa Secretaria de Estado das Finanças o pronto atendimento do que neste instante é solicitado.

Sala das Sessões, em 16/04/85.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública encarecendo a criação e instalação de um módulo policial na localidade de Paraíso do Sul, pertencente a Municipalidade de Barbosa Ferraz.

A localidade de Paraíso do Sul conta com um bom número de pessoas, que em sua maioria respondem pelas atividades relacionadas direta e indiretamente com a agricultura e pecuária. Existe também uma expressiva quantidade de residências, além de comércio. As suas principais lideranças daquele progressista povoado têm manifestado reiteradamente sua preocupação com o setor de segurança, que no entender dos mesmos inexiste.

O problema já foi inclusive alvo de algumas discussões quando se realizou uma das reuniões da Câmara Municipal de Vereadores de Barbosa Ferraz. Nesta mesma oportunidade, o Excelentíssimo Senhor Arquimedes Gasparoto apresentou como proposta, após relatar algumas apreensões por parte da comunidade, a criação e instalação de um módulo policial.

Neste sentido e diante da exposição de motivos, espera-se dessa Pasta o encaminhamento de medidas que permitam por fim aos problemas atualmente vivenciados pelos moradores de Paraíso do Sul.

Sala das Sessões, em 16/04/85.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais da Assembléia matéria publicada pelo jornal "O ESTADO DO PARANÁ", de 16 de abril de 1985, à página 3, de autoria do jurista Osmann de Oliveira, com o título "A nobre renúncia de Richa".

Sala das Sessões, em 16/04/85.

(a) CAÍTO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

No momento em que os olhos desta Nação se voltam para o problema maior que nos aflige a todos, desejamos prestar homenagens a um brasileiro que, tendo a condição de domínio claro de suas idéias, além da possibilidade de externá-las através de um veículo de comunicação da mais alta expressão, não deixa passar em branco uma situação que poderia ser postergada por outros.

Trata-se da viagem que o Governador José Richa pretendia fazer ao Japão, e da qual traria, infalivelmente, benefícios relevantíssimos ao nosso Estado, porém, em virtude das circunstâncias que afligem e oprimem a todos os brasileiros, foi desmarcada por Sua Excelência, indo em seu lugar o Vice-Governador, e ficando o nosso Chefe do Executivo em seu posto, para apoiar as situações que se fizessem necessárias.

Porém, com a medida pretendida, estamos rendendo nosso pleito a um paranaense que houve por bem vislumbrar toda a profundidade da atitude tomada.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 49/85

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Sabáudia o imóvel constituído pelas datas n.ºs 22, 23, 24 e 25 (vinte e dois, vinte e três, vinte e quatro e vinte e cinco), da quadra 6 (seis), sem benfeitorias, situada no Patrimônio Sabáudia - Município do mesmo nome, transcrita em 20.11.50, sob número de ordem 1737, no Livro 3/A, do Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos - 1.º Ofício, 2.º Tabelião de Notas, da Comarca de Arapongas.

Parágrafo Único - a citada área destina-se a construção do Ginásio de Esportes do Município de Sabáudia.

Art. 2.º - A presente doação fica gravada nas cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16/04/85.

(a) IRONDI PUGLIESI.

JUSTIFICATIVA:

As datas de terras que se pretendem doar por intermédio do presente Projeto de Lei fazem parte de uma área de 7.200 metros quadrados, sem benfeitorias e sem previsão de utilização - até o momento - por parte do Governo do Estado. Uma vez que a municipalidade de Sabáudia sente, na sua população, a necessidade urgente de um ginásio onde as pessoas possam praticar o seu esporte, e não possuindo, no seu patrimônio, área de terras apropriada para tal destinação, entendemos ser de bom alvitre transferir na forma de doação àquela comunidade, um terreno para ela tão precioso e sem aproveitamento por parte do patrimônio estadual.

Ao fazê-lo devemos levar em consideração a necessidade da existência, em todas as comunidades, de locais

destinados à prática esportiva, tanto sob a forma de lazer, como para manter a forma física, como também para formar os futuros atletas; é sabido que os grandes campeões que elevam o nome do Brasil, lá fora, na sua maioria, têm sua origem nos ginásios esportivos das pequenas cidades do interior brasileiro.

Por outro lado, a nossa juventude precisa de local apropriado para se dirigir nas horas de folga, e nada melhor do que dedicá-las a saudável prática de algum esporte que virá favorecer o desenvolvimento intelectual, físico e psicológico de nossa gente.

Diante do exposto, esperamos o apoio e a aprovação por parte dos nobres Colegas da Assembléia, bem como a conseqüente Sanção do Poder Executivo Paranaense, tão importante assunto que incentivará a construção que beneficiará atividades de interesse coletivo.

PROJETO DE LEI N.º 50/85
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a Igreja Missionária Nova Jerusalém, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16/04/85.

(a) ROBERTO REQUIÃO.

JUSTIFICATIVA:

A Igreja Missionária Nova Jerusalém, está devidamente registrada em cartório de Registros de Pessoas Jurídicas e 1.º Registro de Títulos e Documentos e serve desinteressadamente a coletividade, conforme vem demonstrar o relatório de atividade anexado a este Plano de Lei, cumprindo assim as exigências da legislação pertinente à matéria de Utilidade Pública.

Assim sendo, levamos à consideração dos ilustres Pares a medida aqui proposta, esperando que se dê o devido apoio e posterior aprovação.

PROJETO DE LEI N.º 51/85
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos da Vila Ipiranga, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16/04/85.

(a) ROBERTO REQUIÃO.

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores e Amigos da Vila Ipiranga, está devidamente registrada em Cartório de Registros de Pessoas

Jurídicas e 1.º Registro de Títulos e Documentos e serve desinteressadamente a coletividade, conforme vem demonstrar o relatório de atividades anexado a este Plano de Lei, cumprindo assim, as exigências da Legislação pertinente à matéria de Utilidade Pública.

Assim sendo, levamos à consideração dos ilustres Pares a medida aqui proposta, esperando que se dê o devido apoio e posterior aprovação.

PROJETO DE LEI N.º 52/85
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária de Moradores da Vila Pinto, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16/04/85.

(a) ROBERTO REQUIÃO.

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária de Moradores da Vila Pinto, está devidamente registrada em Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas e 1.º Registro de Títulos e Documentos e serve desinteressadamente a coletividade, conforme vem demonstrar o relatório de atividades anexado a este Plano de Lei, cumprindo assim as exigências da legislação pertinente à matéria de Utilidade Pública.

Assim sendo, levamos à consideração dos ilustres Pares a medida aqui proposta, esperando que se dê o devido apoio e posterior aprovação.

PROJETO DE LEI N.º 53/85
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos da Vila Esmeralda, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16/04/85.

(a) ROBERTO REQUIÃO.

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores e Amigos Esmeralda, está devidamente registrada em

cartório de Registros de Pessoas Jurídicas e 1.º Registro de Títulos e Documentos e serve desinteressadamente a coletividade, conforme vem demonstrar o relatório de atividades anexado a este Plano de Lei, cumprindo assim as exigências da legislação pertinente à matéria de Utilidade Pública.

Assim sendo, levamos à consideração

dos ilustres Pares a medida aqui proposta, esperando que se dê o devido apoio e posterior aprovação.

O SR. PRESIDENTE (~~Milso~~ Sbguaresi) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, inscrito.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

Demonstrando profundo sentimento de conscientização política, os profissionais liberais da cidade de Ponta Grossa uniram-se e estão pleiteando o direito de participarem da escolha das pessoas que responderão por cargos do Governo Federal naquele Município.

Reunidos no dia quatro do corrente mês, os dirigentes das entidades representativas da Associação Médica do Paraná, Regional de Ponta Grossa, Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção de Ponta Grossa, Associação Pontagrossense dos Economistas e Administradores, Associação dos Engenheiros Agrônomos-Núcleo de Ponta Grossa, Sociedade Brasileira de Análises Clínicas, Associação dos Laboratórios de Análises Clínicas, Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária, Núcleo dos Médicos Veterinários de Ponta Grossa, Associação Brasileira de Odontologia, Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Ponta Grossa e Associação Paranaense de Farmácia-Regional de Ponta Grossa, lançaram importante documento, através do qual defendem a participação dessas entidades na escolha dos dirigentes dos órgãos federais.

Eis a íntegra do documento: "Os profissionais liberais da cidade de Ponta Grossa e região de abrangência, através de seus presidentes, reunidos a partir de três de abril, em caráter permanente, na sede da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Ponta Grossa, considerando o dever que têm de defender e preservar a profissão que aglomeram em suas entidades; considerando que os quadros de profissionais liberais de nossa cidade, constituem-se de elementos altamente capacitados dentro de suas especialidades; considerando os propósitos da Nova República, implantada neste País a partir de 15 de março; considerando que devem participar de qualquer forma, no processo de indicação de profissionais nas diferentes áreas da atividade estatal, RESOLVEM, por unanimidades, conclamar os ilustres políticos, representantes do povo, para que as Associações dos Profissionais Liberais sejam consultadas em suas bases, na indicação de nomes para a ocupação das diversas funções a serem preenchidas pelo novo Governo, evitando assim, a utilização tão somente do

critério político, deixando-se à margem o critério técnico. Tal manifestação é estritamente ligada à preocupação das classes, em benefício da comunidade brasileira, para que não se repitam os desmandos e conseqüentes prejuízos, causados por pessoas não capacitadas para o desempenho do munus político".

Ao registrar o lançamento desse manifesto, cumprimento os profissionais liberais de minha terra pela atitude tomada. Encaro o documento, como uma declaração objetiva do desejo que têm de participar da construção das estruturas administrativas, que servirão de base a tão esperada edificação da NOVA REPÚBLICA".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (~~Milso~~ Sguarezi) No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Tadeu França, inscrito. Ausente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Márcio Almeida, inscrito.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Neste domingo, dia 14, realizou-se em Curitiba a 1.^a Convenção Estadual do Setor Trabalhista do PMDB, reunindo trabalhadores de todo o Paraná. A pauta do trabalho foi cumprida, as discussões realizadas e eleita a primeira diretoria do Departamento Trabalhista do PMDB do Paraná.

Nesta oportunidade solicitamos à Mesa, da Assembléia, o registro nos Anais da Casa da Carta de Princípios aprovada no evento mencionado e cuja leitura passo a fazer: (Lê:

"CARTA DE PRINCÍPIOS

Vive o Brasil o período da transição entre o autoritarismo que esmagou o povo brasileiro em vinte e um anos de repressão e marginalização e a conquista do processo de construção democrática.

Em momento tão importante da nacionalidade, é fundamental a presença do trabalhador como força coletiva na definição de uma política sócio-econômica que privilegie o trabalho no confronto com o capital, visando ao estabelecimento de uma sociedade politicamente livre, socialmente justa e economicamente comprometida com as maiorias.

Os trabalhadores que militam no Partido do Movimento Democrático Brasileiro não podem ficar indiferentes, neste momento decisivo, à convocação do Brasil.

Por isso mesmo, estão eles presentes na primeira Convenção Estadual do Setor Trabalhista do PMDB do Paraná e firmam

compromissos sintetizados nesta Carta de Princípios, para a consecução dos seguintes objetivos:

- reformulação da CLT, retirando-lhe o conteúdo fascista e comprometido com o capital, assegurando ao trabalhador a autonomia sindical, o direito de greve e a estruturação sindical unitária;
- estabelecimento de uma política salarial que garanta ao trabalhador sua condição de ser humano e o direito ao emprego pleno;
- condenação à política econômica de recessão que determina a concentração da riqueza nacional nas mãos de uma minoria e mantém marginalizados os trabalhadores;
- reconquista do direito de estabilidade no emprego e participação do trabalhador nos órgãos governamentais que definem a política de trabalho e suas relações com o capital;
- reforma agrária que garanta a posse o uso da terra a quem a produz, aliada a uma política agrícola que assegure apoio e estímulo ao produtor, principalmente no tocante aos produtos de abastecimento interno;
- luta pela criação, no Paraná, da Secretaria de Estado do Trabalho, visando à representatividade dos trabalhadores no Governo.

O Setor Trabalhista do PMDB do Paraná conclama os trabalhadores paranaenses à unidade na luta pela convocação imediata da Assembléia Nacional Constituinte, a ser eleita em 1986, antecedida da revogação da Lei de Segurança Nacional e dos demais entulhos autoritários, ampla liberdade de organização partidária e extinção dos aparelhos repressivos.

A Constituinte democrática, livre e soberana que elegeremos em 1986, haverá de garantir aos trabalhadores brasileiros os direitos que lhe são devidos, dependendo unicamente de nossa capacidade de mobilização e de organização.

Curitiba, 14 de abril de 1985."

(aa) 28 assinaturas.

Estas, Senhor Presidente, Senhores Deputados e Senhora Deputada, é a Carta de Princípios aprovada na 1ª Convenção do Setor Trabalhista do PMDB do Paraná, realizada neste domingo.

Como ela mesma menciona foi discutida e aprovada nesta ocasião e uma moção dirigida ao Governo do Estado do Paraná que será entregue no próximo dia 25 da semana que vem, em audiência com o Governador José Richa, quando os trabalhadores filiados ao PMDB organizados pelo seu setor se aliarão às federações e ao movimento sindical que já se posicionaram em oportunidades anteriores favoráveis à criação da Secretaria do

Trabalho do Estado do Paraná.

Além desta conclusão foi também aprovada uma moção que aqui hoje transformamos em requerimento a ser apreciado pelo conjunto dos Deputados desta Casa, dirigido ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Trabalho, Senhor Almir Pazzianoto, solicitando a imediata substituição do Delegado Regional do Trabalho. Pelas evidências que não há sustentação não só política do meio partidário, mas, inclusive, do ponto de vista político nas questões que tratam do conflito permanente que existe entre as questões do capital e do trabalho dos dissídios, os acordos que estão a todo momento sendo tratados pela Delegacia Regional do Trabalho. Nossa opinião, endossando as conclusões do domingo, é de que esta Casa também deve ...
(É retirado o som). (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Wilso Squarezi) - Concedo a palavra ao orador inscrito, Senhor Deputado Sabino Campos.

O SR. SABINO CAMPOS - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Há vários anos, travamos nesta Casa de Leis uma luta acirrada contra utilização indiscriminada de Agrotóxicos na Agricultura paranaense, prática que vinha e vem acarretando sérios danos ao meio ambiente e a saúde do homem.

Todavia, apesar de todas as iniciativas tomadas pelos órgãos estaduais responsáveis pelo setor, inclusive pela Assembléia Legislativa, responsável pela elaboração da Lei Estadual de Controle e Fiscalização dos Agrotóxicos, continua ainda em diversas regiões do Paraná a utilização abusiva e indiscriminada destes venenos químicos.

Exemplo disso, Senhores Deputados, é uma denúncia que trazemos a este Plenário, através de um documento assinado pelas mais expressivas lideranças de Toledo. Trata-se de uma denúncia referente às constantes violações das normas mínimas estabelecidas pelo Ministério da Agricultura para aplicação aérea de agrotóxicos, nos Municípios de Toledo e Nova Santa Rosa.

Passo a ler a íntegra do documento que encaminho em anexo a um requerimento, que já se encontra na mesa do Plenário, para ser encaminhado ao Secretário da Agricultura Claus Magno Germer, para que tome providências a respeito. (Lê):

"Toledo, Nova Santa Rosa, 06 de março de 1985.

À
Comissão de Agricultura da

Assembleia Legislativa do Estado
Curitiba- Pr.

Em posição tomada por agricultores, engenheiros agrônomos, representantes da Associação de Meio Ambiente de Toledo, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Toledo e afins, em reunião realizada no dia 1.º de março sobre Aplicação Aérea de Defensivos Agrícolas, em Vila Nova (Toledo), chegou-se à conclusão que é impraticável a continuidade de tal meio de controle de pragas e moléstias, visto a região ser quase que exclusivamente de mini e pequenos agricultores, com características fundiárias inadequadas, de onde resultam contaminações por deriva a longas distâncias do local proposto para aplicação.

Visando a não poluição do ambiente, como é ponto básico de apoio e incentivo do Governo Estadual, com o incremento à utilização do próprio baculovirus anticarsia, reduzindo a utilização inadequada de defensivos agrícolas, vem de encontro com o que ocorre de exageros com a aviação agrícola na região, sem a devida observação das normas primárias de segurança, ocorrendo contaminações em grande escala, sem uma fiscalização eficaz por parte do Ministério da Agricultura, órgão responsável para tal.

Solicitamos das autoridades competentes a devida providência no que tange à pena de cancelamento do registro das empresas que causam violação contumaz das normas de aplicação prescritas pelo Ministério da Agricultura.

Observamos que nos Municípios de Toledo e Nova Sta Rosa-Pr., eminentemente favoráveis e seguidores dos preceitos ambientais, com exemplos para o Brasil e para o próprio Exterior, se vê obrigado a recuar e paralisar trabalhos dignos de serem seguidos como por exemplo o próprio desincentivo ao esquema de abastecedores comunitários pelos agricultores que se sentem ultrajados com o desrespeito que as aeronaves causam aos seus patrimônios, poluindo os próprios locais protegidos por eles.

Devemos analisar a utilização dos baculovirus anticarsia, que está ameaçado pela deriva proporcionada pela aplicação por aeronaves e porque não dizer, o agricultor e sua família.

Apelamos por medidas urgentes a serem tomadas, no sentido da paralisação imediata dos abusos que vêm ocorrendo.

Atenciosamente".

(aa) 20 assinaturas.

Assinado pelos Prefeitos dessas duas cidades, por presidentes de diversas associações, sindicatos, por lideranças

políticas, enfim por lideranças desses municípios.

Solicitamos que realmente sejam levados em consideração, porque a cada dia que passa nós vemos mais poluídos ainda os nossos rios, as nossas sangas, os nossos riachos e com isso prejudicando a saúde da pessoa humana em primeiro lugar e nós temos que lutar com isso, para que pelo menos venhamos melhorar um pouco a saúde do nosso povo.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Wilso Sguarezi) Concedo a palavra a nobre Deputada Amélia Hruschka, inscrita.

A SR. AMÉLIA HRUSCHKA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê).

"Dentre os inumeráveis e graves problemas que afligem o nosso povo, o principal deles, sem nenhuma dúvida, é a fome.

O Brasil apesar de suas enormes faixas de terras agricultáveis, tem uma previsão pessimista para este ano: a safra agrícola deste ano deste ano será menor que nos anos anteriores, trazendo sérios problemas para o Governo da Nova República e para o nosso País. Enquanto vemos o aumento do número de mendigos, menores abandonados e aumento da criminalidade pelas ruas das nossas cidades, as previsões dos técnicos no setor da agricultura são no sentido de agravamento dessa situação.

O Ministro da Fazenda Francisco Dornelles declarou recentemente à imprensa nacional que "não existe dinheiro em caixa para o plano de socorro ao Nordeste" e, o que é pior, "não tem dinheiro em caixa nem mesmo para ativar o plano de emergência da COPAG contra a fome".

Senhores Deputados, todos esses fatos se somam para que a Nação brasileira, continue entristecida ao ver milhares de brasileiros desamparados, jogados no acaso da vida.

Quantas crianças inocentes, quantas mães de família estão sofrendo amargamente o desespero da fome em seus lares...

Quantos pais de família, retirados do campo pela força da necessidade, pela falta de emprego e amparo, estão perambulando pelas ruas famintos e desnutridos...

Dias atrás, conversei com um "catador de lixo", desses que infestam a cidade se arriscando a perder a vida no trânsito para ganhar míseros trocados, enquanto que por trás desse trabalho existem empresas inescrupulosas conseguindo lucros exorbitantes. E ao conversar com esse "catador de lixo", Senhores Deputados, ouvi, estarecida, que aquele homem que

ali estava, na minha frente, descalço, faminto. vestindo roupas rasgadas, tinha sido há menos de dois anos atrás, um pequeno e próspero sitiante da nossa região de Campo Mourão, no interior do Estado, que sustentava com seu trabalho uma família de seis filhos, produzindo alimentos e sonhando com uma vida feliz. Pois este homem, Senhores Deputados, foi sacrificado pelo injusto modelo econômico em que vivemos, que favorece multinacionais e empresas estrangeiras, mas que penaliza o pequeno agricultor. Este homem foi forçado a vender sua pequena propriedade, deixou o campo pensando encontrar emprego na cidade grande, e ao chegar aqui, encontrou a triste realidade de uma Capital que, a exemplo de todas as demais, concentra milhares de tragédias do gênero e não têm condições de amparar a maioria dos necessitados e desvalidos que habitam suas favelas.

É revoltante que o brasileiro seja condenado a esse tipo de sofrimento.

É revoltante ver essa parcela do nosso amado e querido povo paranaense condenado à fome e ao desespero, porque esse é o nosso povo, o nosso povo ordeiro e trabalhador, o nosso povo cristão e piedoso. O povo, filho desta terra, da nossa terra, é um povo que merece maior consideração... é um povo que merece maior respeito... é um povo que, mais do que merecer, tem o direito a uma vida digna e civilizada. E isto não está acontecendo no Brasil de hoje.

Por tudo isso, Senhores Deputados, eu quero fazer um apelo desta tribuna ao Ministro Francisco Dornelles e a todos os homens que têm o poder de decisão neste País: que dêem prioridade ao problema da fome, que sacrifiquem outros programas financeiros mas que resolvam o problema da fome no Brasil. Porque se isso não acontecer, esse povo brasileiro não será forte o suficiente para construir o Brasil que nós desejamos para nós e para nossos filhos: um Brasil gigante, de paz, prosperidade e justiça social".

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (**Nilso Squarezi**) Concedo a palavra ao orador inscrito, Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Assistindo televisão ontem à noite, e lendo jornais no dia de hoje, vimos a reunião do Ministro da Justiça, Fernando Lyra, com as Lideranças políticas no Congresso Nacional. O assunto tratado no encontro de ontem à tarde, foi a reforma partidária, tão desejada por uma grande

parcela da classe política brasileira. Mas, na oportunidade, o Senhor Fernando Lyra assumiu uma posição pessoal que não é a posição do povo brasileiro. Consultado sobre a possibilidade de se incluir na reforma partidária, matéria reduzindo o mandato do Presidente da República, de seis para quatro anos o Senhor Ministro da Justiça, muito mais preocupado em garantir o seu cargo após a morte de Tancredo Neves, do que propriamente tomar posições que venham ao encontro do povo brasileiro, o Senhor Fernando Lyra causou profunda decepção a mim e quero crer, a todos aqueles que viram o noticiário da televisão e leram o material publicado pela Imprensa, quando o Senhor Ministro se colocou frontalmente contra a idéia de redução do Mandato de José Sarney de seis para quatro anos.

Se o Senhor Ministro, for ouvir o povo, mandar fazer uma enquete da opinião pública, o povo brasileiro não quer que José Sarney tenha o mandato reduzido de seis para quatro anos, mas eu tenho a certeza de que o povo brasileiro quer as eleições diretas para Presidente da República, o mais rápido possível; no máximo, quem sabe, até o final do ano que vem. Então, vejam a incoerência de um Ministro, preocupado, como disse, em garantir o seu cargo, fazendo média com José Sarney, à custa do sacrifício do povo, quando o povo, de um modo geral, entende, como o NEW YORK TIMES, um dos maiores jornais americanos, que fez um editorial dizendo que Tancredo Neves foi escolhido pelo velho regime para introduzir a Nova República, e que a incapacidade de José Sarney coloca em perigo e risco a transição do Brasil. Um dos maiores jornais dos Estados Unidos, estampou este conceito de que José Sarney não tem capacidade, e vem o Ministro da Justiça a nos decepcionar profundamente, dizendo que é contra a redução do mandato presidencial de seis para quatro anos.

O apelo, o desejo, é de que Fernando Lyra mande fazer uma pesquisa de opinião pública, e certamente ele vai ver que não é apenas o NEW YORK TIMES que está reconhecendo a falta de capacidade de José Sarney para ser Presidente do Brasil, mas que o povo brasileiro, diante da gravidade do estado de saúde de Tancredo Neves, quer mais do que nunca, agora, as eleições diretas para Presidente da República.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência, o Senhor Deputado Anibal Khury).

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)- Concedo a palavra ao último orador inscrito, Senhor Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"A polêmica entre a ELETROSUL e a sua concessionária do Paraná, COPEL, em torno do modelo de tarifas da energia elétrica em vigor no País, sugere reflexões sobre o verdadeiro caráter do modelo energético, cujas características principais podem ser resumidas no elitismo, centralismo e nocividade ao interesse nacional.

Em entrevista aos jornais na semana passada, o presidente da COPEL, Doutor Ari Queiroz chegou a pedir a extinção da ELETROSUL, controladora da geração e distribuição de energia nos Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul.

Com quase 70% da capacidade de geração de energia instalada na região, o Paraná está prejudicado pelo atual modelo a partir de 1975, que rateia os custos e benefícios de todo o sistema interligado entre as concessionárias. Ademais, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o índice de produtividade de 10% estabelecido pela lei para as companhias de eletricidade, não está sendo obedecido, e, na prática utiliza-se de um índice muito mais baixo e que beneficia as empresas situadas a menos, punindo as demais.

Os novos diretores da ELETROSUL acusam o Paraná de querer extrair proveito da situação favorável que desfruta o Governo Estadual na nova estrutura de poder no País, tendo objetivos políticos prejudiciais a todos os demais Estados da região. Ora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é mesmo surpreendente que dirigentes governamentais da Nova República concluam que a luta pela reforma do modelo energético nacional e pelos interesses do nosso Estado constituam prejuízo aos demais Estados. Devo dizer que nem mesmo os ministros da ditadura tiveram tal ousadia e o que se exige deste novo Governo é, no mínimo, o reconhecimento de que o modelo que aí está, carece de profundas mudanças, e para isso precisariam estes diretores da ELETROSUL conhecer ao menos as deliberações do Seminário sobre Política Energética, realizado no ano passado, nesta Capital, sob a direção do PMDB paranaense e nacional.

Compreende-se que o Paraná integra um sistema e que a COPEL não dispõe de meios próprios de transmissão que lhe permitam escoar a energia gerada em sua principal usina-Foz do Areia, utilizando-se para tanto do sistema de transmissão construído pela ELETROSUL. Não é intenção do Paraná autocraticamente assumir o controle operacional e administrativo das usinas, subestações e linhas de transmissão

existentes no Estado do Paraná, em prejuízo dos demais Estados. Mas, não se admite, igualmente, que a ELETROSUL centralize todo o sistema e o faça em prejuízo do Paraná. Isto é fundamental.

Parece-me que o essencial consiste em que o novo Governo tem o compromisso de aplicar as mudanças estruturais do perfil energético do País, neutralizando forças e interesses muito poderosos que montaram e sustentam uma estrutura de produção dominada por oligopólios transnacionais. Um modelo que premia a ineficiência pela equalização tarifária; reduz a rentabilidade pela contenção tarifária; utiliza fora do setor recursos por ele gerados; e endivida externamente o País.

A curto prazo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, caberá ao Governo proceder uma revisão da estrutura tarifária para repartir de forma social e regionalmente justa os custos da energia elétrica; elevar os níveis tarifários para que a arrecadação cubra os custos das empresas concessionárias; simplificá-la, eliminando uma variedade de tarifas especiais, descontos e subsídios; e, adequá-la à estrutura de custos de cada concessionária, abolindo a unificação tarifária.

E entende o PMDB que tais responsabilidades passam pela definição de uma MODELAGEM ENERGÉTICA NACIONAL, através de legislação apropriada, que determine a origem dos recursos para os programas de energia dos Estados, para a pesquisa e desenvolvimento de tecnologias nacionais. Por último, a luta pela autonomia das empresas estaduais não constitui regionalismo, mas garantia impositiva de participação efetiva no planejamento e operação do sistema energético nacional.

Muito obrigado."

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury)

Encerrado o Pequeno Expediente.

No grande Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quando éramos oposição, condenávamos a ausência no Ministério da Saúde, de política nacional de medicina preventiva, porque expunha a população aos ciclos epidêmicos. O programa do PMDB confirmava o direito que todo cidadão tem à preservação de sua saúde física, emocional e mental como um requisito indispensável de sua condição humana. (Lê):

"O PMDB tem como ponto essencial que a saúde do povo é obrigação do Governo; ela há de ser, de fato, saúde pública, financiada com recursos da União, dos

Estados, dos Municípios e do Sistema Previdenciário, e praticada por um corpo de profissionais efetivamente comprometidos com a preservação da saúde popular".

Hoje, passados dois anos de governo participativo e democrático dos palanques, nos defrontamos com uma realidade funcional antiparticipativa e antidemocrática, na Secretaria de Saúde, que tem à sua frente um Secretário politiquieiro e eleitoreiro.

Por desconhecer o programa do MDB e do PMDB, ignora que saúde pública é investimento, é necessidade primária, é direito indiscutível e inalienável de cada cidadão e compete ao Estado garantir ao seu povo este direito.

Infelizmente, os fatos que temos constatado, no dia a dia dos nossos gabinetes, as denúncias que têm sido feitas e as desastrosas ocorrências dos acidentes de trabalho, cuidadosamente omitidas, nos constroem, nos revoltam e nos levam a fazer o desafio que lançaremos no final deste pronunciamento.

Não podemos nos calar diante da realidade que se apresenta como denúncia viva, grave e inadiável.

Mais que os dados numéricos e estes são dramáticos, haveremos de considerar cada criança que perambula com fome, pelas ruas, cada velho que permanece nas filas dos albergues, cada trabalhador que bate, de porta em porta, buscando o atendimento merecido e só recebe carimbos e novos endereços para receber outros carimbos e a mesma resposta: - "não há vagas".

A SESB tem como unidades para a execução de suas políticas de ação três grandes unidades: o I.A.M., a PROMOPAR e a Fundação de Saúde - Caetano Munhoz da Rocha, que deveriam funcionar integradas e no entanto são estanques, não havendo definição eficiente de atribuições, nem complementaridade nas ações, ficando muitos casos sem solução, por não serem previstos nas normas de nenhuma das unidades.

Assim é que em nossos gabinetes, nos defrontamos com o saldo desta ineficiência, sem termos condições de resolver a contento, como por exemplo: aquele trabalhador rural com infecção na perna, que vem a Curitiba, em busca de atendimento e recorre a nós, apresentando uma coleção de papéis carimbados, depois de percorrer todas as unidades e subunidades da SESB e que finalmente devemos fornecer uma passagem de volta, depois de descobrir que ele tem mais de 50 anos de idade e portanto a PROMOPAR não promove o seu internamento, nem a sua reintegração ao seu local de origem.

Alguns recorrentes, por morarem em

localidades de difícil acesso, e por não haver nenhum Centro de Saúde na região, nem unidade da SESB que promova sua locomoção, resta-lhe apenas uma escolha - morrer na estrada ou em casa.

Até os defuntos têm que esperar - pois a PROMOPAR não oferece nenhum serviço completo - fornece o veículo e o motorista às vezes. Alguém tem que se encarregar da liberação do atestado de óbito e da gasolina para o transporte.

Dos benefícios conseguidos da PROMOPAR este ano, podemos citar uma cadeira de rodas e um par de óculos - além das informações das constantes reformulações dos seus instrumentos normativos - mas em compensação só de gasolina para a remoção dos defuntos, este ano, já gastamos o suficiente para várias cadeiras de rodas. Junte-se a isto as passagens para pessoas que não conseguiram ser atendidas nos hospitais conveniados da F.S.C.M.R. (Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha) e portanto, não podiam comprovar que estavam em tratamento, caso em que a PROMOPAR as fornece. E mais, a hospedagem às gestantes necessitadas que por estarem desacompanhadas, não são aceitas nos albergues conveniados. Que dizer, além das normas da PROMOPAR, bastante restritivas, os assistidos ainda são submetidos às normas dos albergues conveniados, o que não é de se estranhar, visto que esta instituição para Cr\$ 12,00 por dia/pessoa.

A PROMOPAR já começou com um erro: o Senhor Governador colocou na Superintendência, o seu dentista, sem nenhuma vinculação na área social, deixando ao profissional de serviço social, o cargo de diretor técnico, o que causou, já várias substituições por incompatibilidade de competência.

Sendo a PROMOPAR unidade - chave de integração, que deveria estar presente em todos os Centros de Saúde ou Sociais, estabelecendo o liame indispensável das ações básicas de Saúde Pública, reclamam os profissionais da área, sua valorização e adequação às funções.

Não se concebe, continue este órgão formulando e reformulando políticas, sem atingir nível de operacionalização satisfatório, de acordo com a recomendação, tantas vezes enunciada pelos congressos, seminários e encontros de profissionais da Saúde Pública, bem como seu diploma máximo: "A Conferência de Alma" - Ata.

A Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde, reunida em Alma - Ata aos 12 dias do mês de setembro de 1978, expressando a necessidade urgente de todos os governos, de todos os que trabalham nos Campos da Saúde e do Desenvolvimento e da Comunidade Mundial

para proteger e promover a saúde de todos os povos do mundo, formula a seguinte Declaração:

1) "A Conferência reafirma enfaticamente que a Saúde - Estado de completo bem-estar físico, mental e social e não simplesmente o estado de ausência de doença ou enfermidade - é um direito humano fundamental e que a consecução do mais alto nível possível de saúde é a mais importante meta social mundial, cuja realização requer a ação de muitos outros setores sociais e econômicos, além do setor de saúde".

De acordo com o informe conjunto da Organização Mundial da Saúde (O.M.S.) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF):

"A atenção primária de saúde é muito mais que uma simples extensão dos serviços básicos de saúde; abarca fatores sociais e de desenvolvimento e se aplicada de maneira apropriada, influirá no funcionamento do resto do sistema de saúde".

Nossa política de ação básica de saúde pública é meramente paliativa, nem sequer vislumbrando a ação primária preconizada pelas agências internacionais, mencionadas no discurso de posse do titular da Pasta.

Assim é que, com a visível dissolução coercitiva do grupo de recursos humanos, em cuja habilitação e especialização o governo investiu, afastando a colaboração de importantes multiplicadores, essa administração sonou aos usuários a possibilidade de serviços efetivos de atenção primária de saúde pública.

A falácia do discurso de posse do titular da Pasta de Saúde diz da "adoção de uma política de valorização profissional, prestigiamento de profissionais de todas as categorias".

- Onde a valorização? - Será que se reflete na escala elitista dos salários diversificados dos profissionais da mesma categoria, nas suas unidades?

Considere-se como exemplo, o caso do salário inicial dos assistentes sociais;

- No I.A.M. esses profissionais ganham Cr\$ 400.000;

- Na PROMOPAR Cr\$ 500.000; e na FUNDAÇÃO DE SAÚDE CAETANO MUNHOZ DA ROCHA o mesmo profissional com atribuições semelhantes, percebe Cr\$ 1.500.000.

Por que um médico do Centro de Saúde ganha Cr\$ 800.000 mensais por quatro horas de trabalho diárias, ao passo que um médico do INAMPS que presta serviços nas entidades conveniadas (hospitais) ganha, pelas mesmas quatro horas de trabalho diárias, Cr\$ 2.500.000? E é bom que se frise que nem sempre, esses profissionais cumprem exatamente as quatro horas diárias de trabalho.

Estes dados demonstram a pouca importância dada aos Centros de Saúde, onde se iniciam as ações básicas de Saúde Pública.

Comenta-se, inclusive, entre os profissionais da saúde, que o mais grave erro dessa administração é estar a pirâmide de cabeça para baixo.

Inicia-se o atendimento pelo hospital - isto quando o reclamante consegue chegar até lá. Sabe-se que as atenções primárias deveriam ter origem nos Centros Sociais, o que, inclusive, custaria menos que a atuação sobre as emergências.

Outra acusação que pesa sobre essa malfadada administração é o fato de estar relegando a segundo plano a assistência ao menor carente.

A incompetência do Secretário da Saúde, tem levado ao sacrifício até mesmo os seus mais eficientes colaboradores, como é o caso do Diretor do I.A.M., Dr. Romeu Munaretto, que tem se desdobrado, na tentativa de atender 570.000 crianças necessitadas no Paraná, tendo como orçamento, 0,56% da renda tributária do Estado, o que não supre 3% das necessidades registradas.

A criança, elo mais frágil da cadeia humana, figura como a maior vítima da situação.

É bom lembrar que, do contingente populacional do nosso Estado, exatamente a metade, 4.060.000, são menores de 18 anos, sendo que desses a população feminina é maior, sendo a que recebe menos atenção dos órgãos governamentais.

Está registrado que não há programas de saúde dirigidos a menor adolescente.

Aliás, não existem dados disponíveis para análise da real situação do adolescente e suas necessidades de atenção em saúde, da rede da SESB, ou mesmo qualquer orientação sistematizada dirigida a esta faixa etária de dez a dezesseis anos de idade.

Entretanto, sabemos que existem doenças próprias desta idade e mais a dinâmica comportamental e os aspectos psicológicos que são de extrema importância.

A rede básica não se ocupa neste particular, embora pudesse contar com equipe multiprofissional, se soubesse utilizar adequadamente os recursos humanos disponíveis.

A situação gera esses jovens bandidos, que ao invés de figurarem no boletim escolar, aparecem nas manchetes dos jornais, produzidos pela promiscuidade, pelo abandono, pelo desespero da fome, pela falta de opções e pela inexistência de perspectivas para o futuro.

Serão, esses adolescentes, impelidos a delinquir ou a se prostituir pela omissão

dos poderes públicos, mais perniciosos que aqueles criminosos de colarinho branco?

O Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher "PAISM" tem sofrido severas críticas por não guardar ligação com os problemas relativos à desnutrição e às causas de mortalidade infantil e às taxas assustadoras que figuram nas tabelas do IBGE.

Embora no "PAISM" não figurem dados sobre o Paraná em 1984, é opinião corrente, a urgência de organizar os serviços de pré-natal, sua qualidade, grau de resolutividade, cobertura e informações prestadas às gestantes.

Não se aceita que o atendimento à gestante e à nutriz, continue eventual, isolado e descontínuo.

A educação maternal e o estímulo ao aleitamento materno, para se recuperar os benefícios desta prática, afastada criminosamente em favor das benesses das multinacionais que produzem o leite-em-pó.

O dinheiro canalizado para a compra de leite-em-pó, gasto pelos postos de saúde poderia ser utilizado para a suplementação alimentar das nutrizas.

Senhor Presidente, Senhores Deputados: são tantas as omissões, as distorções, as desumanidades, que os erros de ontem estão multiplicados com os erros de hoje.

Eu gostaria de perguntar aos defensores deste insensível Secretário da Saúde, que tipo de assistência efetiva tem sido dada aos mongolóides, aos paraplégicos, aos surdos-mudos, aos cegos e às famílias que têm este tipo de problema nos seus lares?

Que tipo de apoio tem sido oferecido às jovens que prematuramente se prostituem nas estradas da desassistência pública do Paraná e que a Secretaria de Saúde satisfaz a sua responsabilidade social, fornecendo a elas uma carteirinha de saúde como se fora uma carteira de trabalho, discriminando-as inclusive, no contexto da sociedade?

E o que dizer também da velhice mal aposentada, desassistida, desconsiderada e esquecida?

Ou será que a Secretaria de Saúde tem um programa geriátrico assistencial que nós, Deputados que somos - e os necessitados com mais de 50 anos de idade, que em vão bateram às portas da EMOPAR e não foram atendidos - desconhecemos?

Senhores arautos da defesa do Senhor Cordoni, nos apresentem o programa de assistência odontológica (além de extrair dentes).

E não me venham com explicações porque a nossa proposta, a proposta do PMDB é de soluções, não de explicações.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, parece-nos lógico que a observância das

leis e normas de prevenção aos acidentes de trabalho deveriam começar, a exemplo, nas dependências que constituem as Unidades da Secretaria de Saúde.

No entanto, temos notícia de inúmeros casos de acidentes de trabalho de graves consequências, quais sejam:

- O caso do atendente de um dos pavilhões do Hospital Adauto Botelho, que teve morte instantânea com o crânio fraturado, em consequência de agressão, quando tentava vestir uma camisa de força, sozinho, em um dos internos, tarefa essa que em geral, é realizada por três atendentes.

- O caso das serventes que faziam a desinfecção da capela do mesmo hospital, com formol, sem conhecer a técnica específica e sofreram grave intoxicação, tendo intoxicado gravemente seus filhos em fase de amamentação.

Recebemos ainda denúncia de que pavilhões do Hospital Adauto Botelho, antes assitidos por três atendentes especializados, cada um, hoje sofrem total carência de pessoal, tendo como responsável apenas uma servente, cada um deles.

E se não bastasse, teve ainda o Senhor Secretário da Saúde a insensibilidade de contemplar seus funcionários com o desestímulo do rebaixamento de cargos, registrado em contra-cheque. Citamos o caso desastroso das menores infratoras, que ficaram detidas, por não haver lugar próprio em pavilhão do Hospital Adauto Botelho, tendo por revolta, destruído as vidraças e o mobiliário daquelas dependências que dividem com outras jovens pacientes psiquiátricas.

Outra denúncia que tem sido feita, é que os pacientes psiquiátricos, internos, no Hospital Adauto Botelho, não recebem a medicação receitada mas a que existe. Todos tomam o mesmo remédio como se fosse vacinação. E por mais inacreditável que possa parecer, poderíamos citar o caso do necrotério que virou motel e dos defuntos - romântica, solidária e participativamente - sendo velados no jardim do Hospital Adauto Botelho.

Embora, não tenhamos participado de nenhuma das CPIs instauradas neste Poder, fomos o único Deputado desta Bancada e após ter solicitado prestação de contas ao Excelentíssimo Governador Hosken de Novaes, conseguimos a exoneração de dois funcionários da Saúde por utilização indevida dos recursos públicos, um Engenheiro e um Médico, em apenas três dias.

Reclamamos, sejam verificados os caminhos e descaminhos percorridos pela administração do Senhor Secretário da Saúde Luiz Cordoni Junior, e seja

Curitiba, terça, em 16.04.85

instaurada com a máxima urgência, uma Comissão de Sindicância para apurar irregularidades - agora denunciadas - às quais não podemos provar. Mas, temos a certeza, que se a Comissão for instaurada, os fatos serão esclarecidos e a opinião pública delas terá conhecimento.

Prestigiar Secretários incompetentes, não é atender aos interesses do povo, deixando que se aproveite do cargo para promover-se publicamente. Isto é, inclusive, tráfico de influência, é considerado crime e está enquadrado na Legislação Penal Brasileira. Sugerimos que a Comissão ultra-político-partidária, seja composta a convite do Senhor Governador do Estado, sem a exclusão deste Deputado - denunciante - constituída por representantes dos vários partidos com assento nesta Assembléia Legislativa e funcionários da Secretaria de Segurança Pública e da Saúde e das várias entidades organizadas, para que não paire nenhuma dúvida sobre as denúncias aqui formuladas, e, para que se rompa definitivamente, o cerco de ineficiência da Secretaria de Saúde.

O Sr. Gabriel Manoel - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento)
Deputado Osvaldo Alencar, Vossa Excelência hoje está tocando num caso sério, quando Vossa Excelência fez uma explanação sobre o problema da Secretaria da Saúde que atinge diretamente o Governo Participativo do PMDB. Só que mudou o quadro. Vossa Excelência falou do Governador Hosken de Novaes, mas ele não era do nosso partido, ele era coluna do meio. Então Vossa Excelência conseguiu tirar.

Agora, quando Vossa Excelência, um combativo Deputado do PMDB, vem a esta tribuna a fazer denúncias sérias, nós temos saudades do nosso tempo, porque no nosso tempo, que não era o de política co-participativa, nós chegávamos para o Secretário: "ou Vossa Excelência entra na linha, ou sai do trilho".

Porque Vossa Excelência com este poderio da máquina poderia chegar para o Secretário, meu querido Deputado, não leve a mal, e dizer: "ou Vossa Excelência acerta o passo, ou sai da moita".

E é este o problema, Deputado. Vossa Excelência está com medo da verdade! Porque no meu tempo, eu metia o pé na porta do Secretário, e dizia ao Governador Jaime Canet: "Vossa Excelência escolha, o Secretário ou o Deputado. Dizia ao Governador Ney Braga. Não disse a Hosken de Novaes, porque ele era coluna do meio, nos traiu e com traidor nós não conversamos.

E digo a Vossa Excelência que eu tenho

mais experiência. Esta retórica é muito bonita, mas não serve para nada. É chover no molhado.

Vá, Deputado Osvaldo Alencar Furtado e converse com o Secretário, e diga a ele se não quer ser incompatível com as idéias de seus companheiros de bancada, que ele mude de rumo ou Vossa Excelência faz mudá-lo. Nós não temos medo da verdade. Porque na hora de um Deputado do PDS falar com o Governador, tremiam as bases. E onde está a política participativa dos palanques de Vossas Excelências, quando se digladiam, um defendendo o outro acusando um Secretário que não tem competência conforme Vossa Excelência faz.

Mas quem cala consente. Vossa Excelência diga ao Governador José Richa que essa não é a política participativa.

O Sr. Márcio Almeida - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Concedo o aparte, pela ordem de solicitação, ao Deputado Márcio Almeida, mas apenas para dizer ao ilustre Deputado Gabriel Manoel que, se eu gostasse de dar pontapé, eu estaria nos campos de futebol a jogar bola.

O SR. GABRIEL MANOEL - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra a Vossa Excelência, pela ordem.

O SR. GABRIEL MANOEL - Se nem para atender o seu povo, o Senhor serve, vai servir para jogar futebol?

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Concedo o aparte ao Deputado Márcio Almeida.

O Sr. Márcio Almeida - Confesso minha decepção, nobre Deputado Osvaldo Alencar Furtado, pelo proonunciamento de Vossa Excelência, tão aguardado, pois foi previamente anunciado. Eu o aguardava, com embasamento maior nas suas críticas e nas suas análises sobre os programas e ações que a Secretaria de Saúde do Estado vem desenvolvendo.

Creio que é desnecessário até pensar que hoje em apontar as contradições que Vossa Excelência incorre, ao abordar algumas questões que são inclusive de um aprofundamento técnico, e o que revela por sinal uma assessoria que Vossa Excelência teve, precária.

Só queria, aproveitar esse aparte, dizer e convidar e insistir no convite a Vossa Excelência, bem como aos demais

Deputados desta Casa para que compareçam à reunião que a Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa e aqui na condição de Presidente, após a consulta a alguns outros integrantes, decidimos convocar para a próxima terça-feira, dia 23, às 10 horas da manhã, quando pessoalmente o Senhor Secretário, Doutor Luiz Cordoni Júnior poderá trazer os esclarecimentos que este Poder merece. Confesso também que de transporte de defuntos, cadeira de rodas e outras questões que margeiam o pronunciamento de Vossa Excelência pouco conhecimento tenho sobre detalhes desse funcionamento. O I.A.M., O PROMOPAR, e a Fundação de Saúde têm na nossa concepção e na avaliação que a Comissão de Saúde tem feito sobre os relatórios que a Secretaria de Estado da Saúde tem apresentado; são ações e iniciativas periféricas do eixo central da Secretaria de Saúde que, aliás, juntamente com as Secretarias de Saúde de São Paulo, Minas Gerais, constituíram o centro de discussão e de elaboração da política de saúde do Governo Tancredo Neves, que nós vemos agora à frente com o Ministro Carlos Santana e o Ministro Valdir Pires, aos poucos sendo implantada.

O Paraná, todos nós sabemos - e devemos saber -, é pioneiro numa série de inovações na área de Saúde. O clientelismo e a precariedade da rede de assistência pública sempre foi uma constante. O empenho que o Governo José Richa vem fazendo no sentido de que, apesar da precariedade dos recursos, os problemas sejam reorientados a ponto de trazer maiores benefícios à população, nós temos acompanhado.

E de minha parte eu questionaria a necessidade dessa proposta que o Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado traz ao plenário da Casa de uma comissão suprapartidária na medida em que a própria Comissão de Saúde, com as demais comissões técnicas da Casa, constitui propriamente de comissão suprapartidária e o local e o foro apropriado para discussão desses temas, como acredito que com a sua presença e mais embasado, no próximo dia 23, nós poderemos ter sucesso no esclarecimento das dúvidas levantadas.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Solicito à Presidência mais um minuto para concluir.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa concede um minuto para Vossa Excelência.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Ilustre Deputado Márcio, lamento que Vossa Excelência apenas se atenha ao fato de eventualmente vir a este Poder o

Secretário de Saúde para prestar esclarecimentos. Mas gostaríamos que estivesse efetivamente atendendo na sua área àqueles que na realidade têm dele precisão ou da Secretaria de Saúde necessitado.

Os vários órgãos mencionados: I.A.M. Fundação e PROMOPAR têm trabalhado constantemente dissociados, desconjuntados integralmente. Os fatos aqui mencionados, as denúncias aqui formuladas somente por uma Comissão, onde também tivesse a participação do povo, porque são da maior gravidade, era que de Vossa Excelência deveria empenhar-se junto ao Líder do Governo para que o Governador instaurasse esta Comissão, e nós realmente pudéssemos efetivamente, com isenção de ânimo e de política partidária, investigar as denúncias aqui formuladas.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury)

Encerrado o Grande Expediente, passo para o Horário das Lieranças. A Mesa consulta à Liderança do PMDB se fará o uso do seu horário.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, por dez minutos, usará a palavra o Senhor Deputado Ferrari Júnior e o restante do horário o Senhor Deputado Márcio Almeida.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Concedo a palavra ao Senhor Deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

Não tenho costume de vir a esta tribuna para defender secretário A, ou secretário B, principalmente depois de pronunciamentos de companheiros, sejam eles da Bancada do PMDB, da bancada do PDS ou do Partido da Frente Liberal. Contudo, alguns aspectos abordados pelo Deputado Osvaldo Alencar Furtado obrigam-me a aproveitar o assunto ainda quente e palpitante e fazer uso, a bem da verdade e até da dignidade parlamentar, desta tribuna para fazer algumas observações.

Eu entendo que o Deputado Alencar Furtado que se refere aos possíveis defensores do Secretário Cordoni como os arautos da defesa do secretário Cordoni, e o Deputado Alencar Furtado se apresenta como arauto da moralidade, preocupado em fiscalizar a presença de deputados desta Assembléia Legislativa em plenário. E a bem da verdade eu que posso, tranquilamente perante esta Assembléia, dizer que freqüento com assiduidade este plenário. Devo dizer que, às vezes, é bom nem vir às

reuniões, para não ouvir certas besteiras.

Ouvi o Deputado falar em geriatria, aos 50 anos de idade... Realmente, me permitam o termo, é uma besteira. O Deputado Gabriel Manoel na sua linguagem franca, na sua linguagem objetiva, refere-se à atitude de um Deputado, à maneira como um Deputado deve agir, para que um Secretário de Estado, que é um assessor do Governador, e o Deputado não é, o Deputado é Deputado, na pior das hipóteses, por 4 anos. O Deputado Gabriel Manoel dá uma aula de como um Deputado governista deve agir para defender os interesses de uma comunidade, de seu povo, daqueles que ele representa.

Acho que o Deputado Alencar Furtado ao invés de tentar fiscalizar a presença de Deputados em plenário, deveria atender com mais energia e firmeza o seu povo, aquele cidadão que lhe deu o voto.

Precisei vir a esta tribuna para dizer que o Deputado Alencar Furtado, pelo menos pude entender desta maneira, tem na sua conta que o Secretário Cordoni é o "Superman" do Brasil. É o maior Secretário do Brasil. Deveria ser até Presidente da República. Porque cobra do Secretário soluções para todos os problemas angustiantes existentes no País.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. FERRARI JUNIOR - Vou lhe conceder o aparte da mesma maneira que Vossa Excelência me concedeu há pouco.

Nisto o Deputado tem razão. Há uma miséria muito grande neste País e precisamos, evidentemente, trabalhar e denunciar estas misérias; pedir para que o Governo no seu todo, o Governo do Estado do Paraná, de São Paulo, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, de São Paulo, o Presidente da República, todos unidos tentem minorar a situação da população brasileira. A situação do menor abandonado é crítica, caótica. Nisto o Deputado está cheio de razão. No problema do mongolóide, dos salários baixos, em tudo isto tem razão. Contudo, transferir para um único Secretário de Estado a solução de todos estes problemas, ou é utopia, ou é brincadeira. Prefiro acreditar, sei lá, não sei mas nem no que acreditar...

Devo dizer, a bem da verdade, que na parte que me toca, aquilo que represento na Assembléia Legislativa e junto ao Governo do Estado do Paraná, e mais precisamente junto à Secretaria de Saúde no Estado do Paraná, eu me confesso, se não satisfeito totalmente, porque reconheço que há muita coisa a se fazer, confesso-me satisfeito com o atendimento

que venho recebendo, não só do Senhor Secretário, mas principalmente, acima de tudo, de sua brilhante assessoria. Porque não converso com o Secretário de Saúde. Conversei com ele desde que aqui estou, quem sabe duas vezes, três no máximo, mas tenho mantido contato com sua assessoria e tenho sido atendido, na PROMOPAR, com o Doutor Wilson, atendimentos dos mais diversos, não para mim, mas para o povo que represento. No IAM, Instituto de Assistência ao Menor, tanto atendimento; na PROVOPAR, quantas cadeiras de rodas já pude recolher, receber, entregar ao povo que represento; aparelhos de surdez que custam mais de um milhão de cruzeiros cada um; consegui aparelhos de surdez; óculos, passagens para indigentes, albergue noturno em Curitiba; nunca me foi negada a acomodação de um doente em albergue noturno da capital.

Gostaríamos que melhorasse bastante. Mas daí até jogar toda a responsabilidade para cima de um Secretário de Estado, é pedir demais.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço o aparte de Vossa Excelência, ilustre Deputado, dizendo que foi anunciado pelo Deputado Osvaldo de Alencar Furtado que ocuparia o Grande Expediente para dar resposta a este Deputado com relação ao Secretário de Saúde.

Início dizendo que o Deputado Osvaldo de Alencar Furtado é contra tudo e contra todos. Nós que temos oportunidade de encaminhar aqui, na Assembléia Legislativa, o seu posicionamento político, somos testemunhos de seus atos, dizendo, e recorro, não só este Deputado, mas os outros Senhores Deputados, tiveram a oportunidade, ao longo dos tempos, quando várias vezes assumia esta mesma tribuna, o Deputado Osvaldo Alencar Furtado que dizia que a miséria e a doença que estavam chegando às portas dos brasileiros, o desemprego, eram frutos da revolução de 64.

E não é admissível, nobre Deputado Ferrari Júnior, que o Deputado Osvaldo Alencar ao dizer isso várias vezes desta tribuna, venha hoje atribuir a responsabilidade ao atual Secretário da Saúde que nós podemos ser testemunhas, nós que representamos 14 municípios no norte do Paraná, que temos esta felicidade nobre Deputado, em ter 14 municípios e que, lamentavelmente, o Deputado Osvaldo Alencar não tem representação nenhuma no Estado do Paraná, que procura se promover politicamente através de críticas infundadas à Secretaria de Estado e até mesmo ao Governador José Richa, e até mesmo à Assembléia Legislativa do Estado

do Paraná.

Nós que temos esta representação, que zelamos pelo nosso povo, que procuramos atendê-los no dia a dia, principalmente, em nosso gabinete, coisa que o Deputado Alencar Furtado não o faz.

Nós somos testemunha de que o atendimento da Secretaria de Saúde, do IAM, da PROMOPAR e da Fundação tem sido a contento aos municípios que representamos.

Nada tenho a reclamar e afirmando que não estou aqui para bajular Secretário de Estado nenhum, nobre Deputado, apenas para fazer justiça, pois esta palavra é muito usada pelo nobre Deputado Alencar Furtado, mas ele confunde justiça com injustiça, porque suas críticas são infundadas, porque jamais o nosso Secretário de Saúde do Estado teria condições de atender num momento tão difícil pelo qual passa não só o Paraná e o Brasil, como dizia o nobre Deputado Alencar Furtado, fruto da revolução de 64.

E quero, nesta oportunidade, dizer que se o nosso Secretário de Saúde tem o seu tirocínio político, isso é muito importante, porque nós tivemos um Secretário de Saúde no Paraná, o saudoso Doutor Arnaldo Busato, que era político e que tinha um grande relacionamento no Estado do Paraná e com a população do nosso Estado.

Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência, reiterando aqui a minha confiança ao Secretário de Saúde e à equipe do Governador José Richa.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Para concluir,

Senhor Presidente, eu diria que o Deputado Alencar Furtado para conseguir um espaço, mesmo que pequenininho na imprensa, um dia desses ele agrediu toda esta Assembléia e cheguei à conclusão de que se preciso for, para conseguir este pequeno espaço na imprensa, ele agride até a própria mãe.

Muito obrigado. (~~sem~~ revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Senhor Presidente, Senhores Deputados e Senhoras Deputadas.

Reservo-me esta oportunidade para tratar de outro tema que me parece mais apropriado do que o abordado no Grande Expediente, nesta tarde. Creio que, no próximo dia 23, na sessão da Comissão de Saúde, documentadamente, a equipe da Secretaria de Estado porá por terra todas as iniciativas que nestas duas últimas semanas vem sofrendo em seu trabalho não

só de parte de companheiros desta Assembléia, mas também de um ou outro administrador municipal, que descontentes com o posicionamento francamente favorável a uma nova política de saúde à mulher, vêm bloqueando, a Secretaria de Saúde do Estado, vêm bloqueando o nosso apoio ao Governador; recursos à Prefeituras que insistem em manter a política de esterilização de mulheres num disfarçado programa de planejamento familiar.

Mas, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, estamos na semana do índio. Dos dois a cinco milhões de indígenas existentes no País, a época do descobrimento, encontramos hoje pouco mais de duzentos indígenas, distribuídos em cento e cinquenta povos e constantemente ameaçados de desaparecimento. Esta situação crítica, de puro extermínio, é fruto de uma política que começou com a chegada dos colonizadores portugueses e continuou em toda a História do Brasil.

Apesar do crítico estado de Saúde do Presidente Tancredo Neves, estamos na Nova República. Cento e trinta milhões de brasileiros, incluindo as comunidades indígenas, aguardam as mudanças prometidas, e que aos poucos cada pasta ministerial vem imprimindo, não na velocidade aguardada, em virtude dos acontecimentos e da situação vivida, mas que aos poucos vem assumindo os contornos que configurarão, temos certeza, as mudanças prometidas tanto durante a campanha das "Diretas Já", como da campanha do então candidato Tancredo Neves à Presidência da República.

Estes milhões de brasileiros incluindo as comunidades indígenas Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, aguardam que a Assembléia Constituinte traga no seu bojo a justiça social e os respeito aos grupos técnicos, religiosos e políticos que compõem a Nação Brasileira. Não só nesta semana, Senhores Deputados, os índios esperam mudanças.

O que a Nova República, ou seja, todos nós temos que rever, é a grave situação do extermínio dos povos indígenas. Este extermínio em boa parte foi realizado pela sede de expansão de grupos econômicos-financeiros, que sempre contaram, no mínimo com a anuência, quando não, com o apoio explícito dos Governadores Federais. Há pouco tempo, uma ação rápida dos Parlamentares e a mobilização das comunidades indígenas apoiadas pela população, impediram que uma lei abrisse as terras indígenas ao garimpo, o que significaria o fim, com o amparo legal, do direito a sua terra.

É comum ir-se a territórios demarcados e encontrar-se placas de algum grupo

nacional ou multinacional apontando uma posse que não existe. Neste País, onde os desmandos e o desrespeito tornaram-se sinônimo de esperteza e enriquecimento, até banco é capaz de vender terra sabendo que ela é indígena. E além disso, é capaz de usar em sua defesa, como no caso de um processo que corre na justiça, aqui do Paraná, de que o fez de boa-fé, vendendo terra indígena assumindo que foi de boa-fé.

Assim como muitos grupos econômicos têm feito nestes longos anos da história do Brasil, o Banco Bamerindus tem negociado terras indígenas. Num processo que corre na 8.ª Vara Cível, os próprios advogados da instituição bancária assumem que o grupo vendeu uma terra sabendo que ela era indígena. Textualmente, Senhores Deputados, o banco afirma: "esse Senhor (o comprador) como é óbvio, sabia perfeitamente da suspeita quanto ao possível problema indígena, claramente destacado nas próprias escrituras de dação de pagamento, razão pela qual o contestante, no caso, o banco, dispuseram-se a vender a baixo preço...

As áreas referidas pelo próprio banco ficam na região denominada IGUE, no Município de Mato Grosso, Comarca de Cáceres, no Estado do Mato Grosso, e foram vendidas mesmo com a instituição sabendo que a área era demarcada. Por este mesmo motivo é triste lembrar, o banco afirma que as terras foram vendidas "a baixo preço".

Ora, Senhores Deputados, ao banco não importa muito de quem são as terras, afinal, elas são apenas terras indígenas. Duas hipóteses devem ter levado a instituição bancária a realizar o "negócio". Na primeira, ela conseguiria vender as terras em maiores problemas, num processo conhecido como "esquentamento"; e na segunda, qualquer que fosse o dano final, com a perda de uma ação, (como esta que vem ocorrendo na 8.ª Vara Cível da Comarca de Curitiba) o banco da nossa terra, joga a conta para seus acionistas, os milhares de pequenos sustentadores do banco, que sem muito entender, encontrarão este débito nas perdas judiciais do próximo balanço. Além do crime contra as comunidades indígenas teríamos aí claramente marcado o crime contra a economia popular.

Estamos na Nova República. E é preciso que a prática comece a mostrar isto. Está na hora de intervir nos desmandos do poder econômico para impedir grilos de terras do Xingu, Mato Grosso, ou em qualquer outra área.

Esta é a primeira semana do índio sob a Nova República. É o momento de começar a caminhada pela cobrança da

responsabilidade dos desmandos que tem ocorrido até hoje e pela criação de mecanismos que impeçam outros crimes como estes no futuro. O ponto básico e primário desta questão é a integral garantia do território como fundamento físico da população indígena, como o usufruto e qualquer exploração que não a exercida pelo povo indígena a que pertença;

O reconhecimento das economias indígenas como sistemas econômicos específicos que funcionam como regras próprias, Senhores Deputados, é um segundo ponto a ser respeitado. O terceiro a ser visto pela Nova República é a contestação de que é dever do Estado respeitar a capacidade de decisão nos assuntos do índio pelas próprias comunidades e elaborar uma política educacional específica para o conjunto dos povos indígenas, capaz de incluir políticas particulares para cada um dos povos que o compõem;

E concluindo, Senhores Deputados, Senhor Presidente, para a renovação realmente democrática da política indigenista é preciso analisar a representação dos povos indígenas no Estado brasileiro. Até hoje, a estas comunidades foi negado o direito de opinar e deliberar sobre as matérias de interesse comum e naquelas que são de seu interesse vital. É importante incluir, na Constituição, a ser definida na Nova República, em 86, estudos que se referiram à participação dos povos indígenas nos processos decisórios do Estado."

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a denúncia que ora trazemos na semana em que se comemora nacionalmente a cultura das comunidades indígenas, tem unicamente o propósito...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) A Mesa concede mais dois minutos para a conclusão do seu discurso.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Muito obrigado, Senhor Presidente.

... tem unicamente o propósito de alertar o sistema econômico financeiro, inclusive aqui do nosso Estado, pois os exemplos do Sulbrasileiro e da Habitasul sobre cuja deliberação está no Congresso Nacional, o projeto de lei do Executivo do Governo Federal, propondo uma solução que já de antemão antevemos derrotada. Ainda em entendimentos, na tarde de ontem, com o Deputado Hélio Duque, da Comissão de Economia do Congresso Nacional, tomamos conhecimento, da tendência dominante, tanto na Bancada do PMDB como na Bancada dos demais partidos, do Congresso Nacional, de não conceder a aprovação à Mensagem do Executivo, propondo um

determinado tipo de solução aos casos do Sul Brasileiro e Habitasul. Tomando corpo dia-a-dia, a tendência à incorporação dessas financeiras, mal geridas, criminosamente administradas, como a serem incorporadas no sistema estatal financeiro do País.

As notícias já vão longe, pelos corredores, de que também o sistema financeiro do nosso Estado tem problemas e problemas sérios, e não é possível, Senhores Deputados, que permaneçam existindo comportamentos, que, neste caso específico dado por nós hoje, atinge determinada parcela da comunidade, a comunidade indígena, mas que, no seu global, diz respeito e prejudicam o conjunto da população brasileira que usufrui deste sistema financeiro.

Muito obrigado, Senhor Presidente.
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) A Mesa consulta o Partido da Frente Liberal se fará uso do horário que lhe é reservado.

Havendo declinado, a Mesa consulta o Partido Democrático Social, PDS, se fará uso do horário que lhe é reservado.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL - Encantado, Presidente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o que nos traz a esta tribuna, com a aquiescência do nosso Líder, do PDS, para analisar, junto com os eminentes Deputados do Governo Participativo do Paraná.

Temos, neste instante, Senhor Presidente e Senhores Deputados que, quando o inchaço é grande há muita divergência, divergência de idéias.

Analisamos seriamente, o Deputado Alencar Furtado, em seu pronunciamento, vemos o Deputado Márcio Almeida, Ferrari Júnior, se contradizendo mutuamente, não sei o que está havendo... porque existe um adágio popular: "Quem não cuida de sua casa, como pode cuidar da casa do vizinho".

Dizia o Deputado Alencar Furtado, moço dinâmico, homem de sensibilidade, sobre as suas queixas do Senhor Secretário da Saúde, e apenas um aviso ao ilustre moço, que começa a caminhar na política participativa do seu Governo: ao invés de policiar a Assembléia Legislativa, ele que peça a chamada nominal, que peça Relatório Ponto, que é de sua obrigação, com a autorização do Governo Richa, para a Secretaria da Saúde, para que os indigentes, para que os homens e as mulheres, do Paraná, necessitados, até mesmo os geriatras, os homens idosos e

que precisam ser assistidos pela Geriatria, o Deputado Alencar Furtado, homem dinâmico, trabalhador e destemido, devia primeiro, acertar a sua situação com o seu Governo, o Governo Participativo, Deputado Alencar...

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL - Na sequência, nobre Deputado.

Para que não fosse, em momentos como este, num Parlamento onde reina a democracia. Mas há um ditado popular, um ditado do tempo do meu velho pai, o mascate da minha região, "roupa suja se lava em casa". Meu pai dizia isto, não sei se estou certo ou errado, Deputado Alencar.

Mas, Vossa Excelência tem razão ao dizer que o Senhor Secretário de Saúde está claudicando em sua administração. Vossa Excelência tem razão, mas eu, um modesto Deputado do Interior e da Oposição, hoje quase que esfacelada, fico estranhando porque no nosso tempo era diferente; não era para dar pontapés em gente humilde; era para pegar "peixe grande", Deputado Alencar; era para dizer aos homens que estavam enterrando o Governo, que tomassem a sua posição ou nós, junto com nossa bancada, tomaríamos a nossa.

Vossa Excelência aceite um conselho: faça um diálogo inteiro com sua bancada, porque jamais, em cinco anos de mandato, não tive a infelicidade que Vossa Excelência teve hoje. Mesmo os meus companheiros, às vezes divergindo da minha idéia, respeitavam-se quando eu ia para a tribuna. E Vossa Excelência, jovem Deputado, não pode perder o respeito de seus companheiros, porque a democracia que não é tão participativa como Vossa Excelência mesmo dizia, como Vossa Excelência ao pedir chamada nominal, impertinentemente todos os dias, não quer outra coisa a ser, ofender seus companheiros de bancada. Este é um poder, Deputado, um poder em que temos o direito de falar; temos o direito como Vossa Excelência também tem. Como Vossa Excelência tem o direito de dizer que não vai bem o Governo Richa.

Mas, isto deve ser dito entre quatro paredes, numa reunião de bancada, para que não haja este trauma que aconteceu hoje aqui; para que nós, não como Deputados, mas como humildes paranaenses, não vejamos toda a bancada de Vossa Excelência se degladiando em público, se degladiando porque faltou a Vossa Excelência, o respeito, nobre Deputado; faltou o respeito pelo Senhor Secretário. E, neste

ponto, Vossa Excelência tem o nosso apoio. Porque um Deputado, da Situação principalmente, os humildes Deputados que hoje estão na Oposição têm que ser respeitados.

São cinquenta e oito Deputados eleitos por quantos milhões de votos deste Paraná.

Haveremos de ser respeitados, porque os Secretários foram levados por manobras políticas. Agora, Vossa Excelência, como nós, veio a esta tribuna, veio a este Parlamento, pela vontade do povo. E esta vontade, Deputado Osvaldo Alencar...

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado- Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL - Na sequência.

Não queria dar conselhos, mas dizer a Vossa Excelência que vá ao Governador.

Diga a ele: "Ou casa comigo ou engole a isca". Diga a ele que o Secretário que não tem votos, que está armando agora um esquema político para ser Deputado no futuro. Está ofendendo o programa do seu Governo, diga ao Senhor Governador. Enfeixe companheiros que têm sensibilidade, que o Paraná não pode ter mendigos, que o Paraná há de lembrar Arnaldo Busato que fazia tudo pelo bem-estar de nossa terra.

Dia ao seu Governador que o seu Secretário está incomodando, que o seu Secretário está armando um esquema, Deputado Osvaldo Alencar Furtado, para ser candidato no futuro. Ninguém deve negar este direito, mas que olhe, eu não quero dizer porque quem diz não prova, porque não tenho provas, mas dizem as más línguas que até ele tem um ex-assaltante em sua Secretaria. É isto que o Governador José Richa precisa saber. Ao invés desta douda bancada estar degladiando em pleno público, que a imprensa há de publicar, a nossa imprensa que merece conceito, a nossa imprensa há de publicar a sua opinião e a opinião dos defensores do ilustre Secretário, que não tive o prazer de conhecê-lo.

E é neste momento que eu quero dizer a Vossa Excelência, rememorando dos "coices", como diz Vossa Excelência, que nós, dávamos nas portas dos Secretários. Não por despotismo, não por aproveitamento do poder, mas para dizer que nós viemos a esta terra para conhecer a esta gente, para defender os humildes, para defender os homens e as mulheres carentes. Agora, a nossa voz, na época, era ouvida. Não clamávamos no deserto, porque tínhamos um mandato autorgado pelo povo, Deputado Osvaldo Alencar.

Quando eu disse, talvez errando, faltando com a ética parlamentar, que nós

dávamos coices nas Secretarias, não foi esta a minha intenção. A minha intenção é dizer, nobre Deputado que fazíamos prevalecer o nosso mandato, o mandato de Deputados da Situação, porque assim estávamos ajudando o nosso povo e o nosso Governo.

Vossa Excelência, no muro da lamentação, Vossa Excelência lamentando-se me causou espécie, porque mandato do Deputado da Situação é como a força do boi, o boi não sabe a força que tem. Vossa Excelência usa a sua força em benefício de sua terra e de sua gente, mas não com retórica.

Vá, Deputado Osvaldo Alencar, e diga ao Governador que nós aqui estamos para apludir os atos dos homens que não perseguem, para aplaudir os atos dos Secretários que prontamente ajudam a crescer o Paraná; que escutam os reclamos de qualquer cidadão, quanto mais, Deputado Osvaldo Alencar, os reclamos de Vossa Excelência, o homem que dignamente veio a esta Assembléia para dar um Governo participativo para o povo do Paraná. Perdemos as eleições, mas eu digo, Deputado Osvaldo Alencar, quando, se necessário fosse, teria rompido com o Governo ao invés de vir à tribuna para ter seqüelas com meus próprios companheiros.

Então, abusando da amizade de Vossa Excelência, abusando do bom senso de Vossa Excelência em fazer um apelo; Vá, Deputado, pare de se incomodar com o varejo, como dizia o meu amigo Abrão Miguel, jogue no atacado, Deputado. Vai ao Senhor Governador e diga, Governador: "ou ele ou eu", porque aí nós vamos ver que Vossa Excelência é corajoso; que Vossa Excelência faz parte dignamente, como nós sabemos, de uma parcela do Paraná, que deposita nesta: "Ou muda, ou fica como está". Mudou para pior; mas nós estamos ou não estamos. Eu, invés de pedir chamada nominal, mais cinquenta mil para um Deputado mais cem, não nos atinge, Deputado, mas Vossa Excelência há de convir comigo, vamos viver nesta Assembléia como irmãos; irmanados com um só pensamento, que é a vontade do povo, a defesa do povo conforme Vossa Excelência fez nesta tribuna hoje; mas deve primeiro lutar, porque no seu discurso, Vossa Excelência devia ter rompido com o Governo, porque para ele mais vale um Secretário, do que um Deputado da estirpe, um Deputado combativo como é Vossa Excelência.

Então, Vossa Excelência tem o aparte, e solicito seja breve.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado- Ilustre Deputado Gabriel Manoel, talvez pelo resquício desses últimos 21 anos de

arbitrio e de prepotência, Vossa Excelência tenha dito que um Deputado deve acertar com o seu Governo, e com os seus Pares, entre quatro paredes.

Se é verdade que nós pretendemos implantar no Paraná e no Brasil, um governo participativo, só poderemos assim proceder, ilustre Deputado, se levamos as discussões para o Plenário deste parlamento, que é a Casa do Povo, ou era até poucos dias atrás, quando virou clube de society. Então, ilustre Deputado, este é o nosso "forum de debates", para nós confrontarmos as nossas idéias, as nossas opiniões, e tiramos as nossas conclusões. Mas, quero mencionar um fato, que foi distorcido pelos nossos colegas, por alguns colegas nossos, eu disse que a PROMOPAR entende já como geriátrico, a pessoa a partir de cinquenta anos, e por isto, não lhe dá atendimento; é a PROMOPAR que assim entende, e não este Deputado.

E antes de tudo, de eu acertar com o Governador, devo dizer a este parlamento, e a esta Casa, que eu sou Deputado do povo, depois do PMDB, e só depois, sou Deputado do Governo do Estado do Paraná. A minha primeira obrigação é para com os meus eleitores, é para com o povo do Estado do Paraná, após, para com o meu Partido, e só então, com o Governador José Richa.

Não sou filiado a José Richa, sou filiado ao PMDB, e trarei sempre que for possível, e preciso, para este Parlamento, o debate claro, aberto e democrático, que todos nós sonhamos nesses novos tempos de Nova República.

O SR. GABRIEL MANOEL - É o que nós temos pensado e meditado, Deputado.

Mas onde está este tempo que não chega, Deputado Osvaldo Alencar?

Passaram-se dois anos. Onde está este tempo do PMDB participativo?

Quiça, saiba onde está este tempo. Talvez, geriátricamente eu já esteja superado. Mas, Vossa Excelência que luta contra a maré, que luta, que vê Deputados de sua bancada a dizerem a verdade verdadeira: e se cala, porque "Quem cala consente", Deputado Osvaldo Alencar.

Que novos tempos são estes, onde homem filiado a um Partido, não deve atenção ao seu Governo, a seu esquema. O homem filiado a um Partido que leva às benesses do Governo, não deve atenção a complexo governamental. Isto talvez, seja um novo método de política, mas a fidelidade que Vossa Excelência deve ao seu Governador, que o seu Partido, com todo o respeito, deve ao seu Governador, não pode vir aqui alardear infidelidade, não pode vir aqui alardear a infidelidade que, mesmo que não seja partidária, mas, infidelidade, ao

Chefe Supremo que Vossa Excelência ajudou a eleger; onde está a fidelidade, Deputado Osvaldo Alencar, onde está o "canto da sereia" para os seus eleitores? A primeira fidelidade que tínhamos era, para o nosso partido, conseqüentemente, para o nosso Governador, e o respeito, jamais ultrajamos o nosso Governador, porque, se nós pertencíamos a uma grei, Deputado, de políticos que tinham respeito principalmente, pelo nosso povo, pela nossa terra e pela nossa gente, devíamos então respeitar, ainda mais Vossa Excelência, que nós, os dois milhões e poucos votos que teve o Senhor Governador José Richa. Respeito o povo!

Muitas vezes, Deputado Osvaldo Alencar, nós nos calamos, para respeitar o homem que foi escolhido, pelo povo do Paraná, o homem que nós pedimos a Deus, faça um bom governo, o homem que nós como Oposição, vamos sempre criticar seus atos quando não estiverem certos, mas que vamos defender a imagem do nosso Governo, para que ele não erre, para que ele não caia no adágio popular "errar é humano, perdoar é divino".

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa Vossa Excelência que seu tempo está esgotado, o Horário da Liderança do PDS.

(A Mesa atendendo solicitação, concede ao orador, mais dois minutos).

O SR. GABRIEL MANOEL - Perdoe-me, Deputado Osvaldo Alencar, ouvi o discurso do Deputado Márcio Almeida, e ao ouvi-lo estava eu discordando, em gênero, número e grau, mas, quando ele falou que o Brasil não podia dar novecentos bilhões de cruzeiros para o Sulbrasileiro, aquilo me encantou e eu não tenho o que discordar, "apesadamente" - como dizia Odorico Paraguaçu - dele ter ofendido um dos maiores complexos bancários do Brasil, que é o Bamerindus, um banco sólido, um banco que haverá de se impor porque o seu ex-Presidente, seu ex-Chefe Avelino Vieira veio, como nós, do pó da terra.

Agradeço, Senhor Presidente, estes dois minutos, e diria, ao meu amigo Deputado Osvaldo Alencar Furtado que, errar é humano, e perdoar é divino, e, apenas um conselho, não por medo:


Pare com essa ingerência de, e todos os dias adquirir mais antipatia dos seus amigos, pedir Chamada Nominal.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a

Hora do Expediente.

Passa-se à

 ORDEM DO DIA,
com a presença de 45 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria da Senhora Deputada Ironi Pugliesi, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Roberto Requião, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Roberto Requião, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Roberto Requião, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Roberto Requião, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a realização no dia 10 de junho do corrente ano, Sessão Especial em Comemoração ao Dia de Portugal e de Camões. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 277/84, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de utilidade pública a "UNIÃO ESPÍRITA PAZ, AMOR E CARIDADE", com sede e foro no Município de Goioerê. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 22/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 64/85), que autoriza abertura de Crédito Especial, alterando os orçamentos das Secretarias de Estado da Administração e Extraordinária para Assuntos de Comunicação Social, no valor de Cr\$ 501.000.000 e 11.000.000, respectivamente. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

O Sr. Antônio Belinati - Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai proceder a verificação de votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) - Solicito chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai proceder

antes a verificação de votação. Os Senhores Deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, eu gostaria que Vossa Excelência me informasse qual o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O projeto? Mensagem Governamental 22/85. (Lê a mensagem). Os Senhores que aprovam o projeto queiram levantar-se.

Vinte Senhores Deputados aprovam o projeto. Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

O SR. NELSON VASCONCELLOS (Questão de Ordem) - Senhor Presidente, foi pedido chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder a chamada nominal dos Senhores Deputados. A Mesa adverte aos Senhores Deputados que...

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Uma Questão de Ordem) - Vossa Excelência primeiro procedeu a verificação de votação. Não houve quorum para votação desse projeto. Vossa Excelência pode atender ao requerimento de chamada nominal para a votação de projetos subsequentes. Para esse não houve quorum.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa Vossa Excelência que vai proceder a chamada nominal para este projeto.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Então, como é que Vossa Excelência fez a verificação antes, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É sistema de presidir, Senhor Deputado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Ah! Sistema de presidir. Aqui não se conhece sistema. Vossa Excelência tem que se ater ao Regimento Interno da Casa. Jamais imprimir uma diretriz pessoal à condução dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai informar ao nobre Deputado Erondy Silvério, que presidiu esta Casa com grande competência, o dispositivo do § 2º do Artigo 78: "Não havendo número para votação, o Presidente anunciará o debate da matéria a ser discutida, mas logo que houver maioria legal para deliberar, o Senhor Presidente convidará o Deputado que estiver com a palavra, a interromper o seu discurso para proceder as votações.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Questão de Ordem) - Eu conheço muito bem esse dispositivo regimental e lamentavelmente falhou a assessoria da Mesa, porque não se aplica ao caso em espécie.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai proceder a chamada nominal dos Senhores Deputados. O Senhor 1º Secretário procederá a chamada nominal.

A Mesa adverte aos Senhores Deputados que se retiraram do Plenário, que fará o desconto do geton pela ausência do Plenário.

(Faz soar os tímpanos).

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Procede a chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 35 Senhores

Deputados responderam à chamada nominal. A Mesa solicita aos Senhores Deputados que tomem assento em seus lugares para proceder a verificação de votação, do Projeto de Lei nº 22/85.

Os Senhores Deputados que aprovam o projeto queiram levantar-se.

Os Senhores que rejeitam, queiram levantar-se.

30 Senhores Deputados aprovam o projeto. Nenhum Senhor Deputado rejeita. **Está aprovado o Projeto.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 178/84, de autoria do Deputado TADEU FRANÇA, que estabelece critérios para contratação de apresentações artísticas em Feiras Agropecuárias e outros eventos, na forma que especifica. Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J., por unanimidade.

Sobre o mesmo requerimento de autoria dos Senhores Deputados Caíto Quintana, Luiz Alberto Oliveira e Gilberto Carvalho na qualidade de Líderes do PMDB, PDS e do PFL, respectivamente, com apoio do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando seja retirado da Ordem do Dia, a partir de hoje e pelo prazo de 10 (dez) Sessões, o Projeto de Lei nº 178/84, de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, que estabelece critérios para contratações de apresentações artísticas em Feiras Agropecuárias e outros eventos, na forma que especifica. **Aprovado.** Fica portanto, retirado por 10 (dez) Sessões, o Projeto de Lei nº 178/84.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 289/84, de autoria do Deputado TADEU FRANÇA, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO RODOVIÁRIA DO PARANÁ", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 104/83, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que autoriza a Comissão Executiva instituir medalhas, do "COMERCIÁRIO DO ANO" e do "OPERÁRIO PADRÃO", e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e da COMISSÃO EXECUTIVA, por unanimidade. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 104/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a Comissão Executiva a instituir medalhas, para a premiação do "Comerciário do Ano" e do "Operário Padrão".

§ 1º - O "Comerciário do Ano" será o que fôr laureado com o 1º (primeiro) lugar no concurso "Comerciário do Ano", promovido pelo Serviço Social do Comércio (SESC), Administração Regional.

§ 2º - O "Operário Padrão" será o que fôr laureado com o 1º (primeiro) lugar na campanha do "Operário Padrão", realizada pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) e Serviço Social da Indústria (SESI), em colaboração com os jornais "O Globo" do Rio de Janeiro, e "O Estado do Paraná", de Curitiba.

Art. 2º - A Comissão Executiva, através de Decreto Legislativo, estabelecerá os critérios para a regulamentação e demais disposições para a concessão da referida homenagem, em um prazo máximo de 30 (trinta) dias após a publicação da presente Resolução.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 1983.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

Os concursos que escolhem o "Comerciário do Ano" e o "Operário Padrão", se constituem em iniciativas que buscam incentivar os que, em suas atividades profissionais, atingem elevados níveis de produtividade. Desta forma, além da ascensão funcional, contribuem de maneira decisiva para a construção de uma economia forte e geradora de progresso. Diante do momento crítico em que vivemos, onde todos os segmentos da Nação clamam por mudança na política econômica, pondo fim à recessão e retomando o processo produtivo, enfim, voltar a crescer gerar riqueza e empregos, ou seja, garantir a todos o sagrado direito de trabalhar, é extremamente oportuno que esta Casa de Leis também participe deste estímulo ao trabalho, aos trabalhadores, àqueles que produzem a riqueza desta Nação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 104/83

PARECER:

O presente Projeto de Resolução, de autoria do nobre Deputado Djalma de Almeida César, pretende autorizar a Comissão Executiva desta Casa de Leis e instituir medalhas, para a premiação do "Comerciário do Ano" e do "Operário Padrão".

A iniciativa se reveste de grande importância, pois se traduz em estímulo aos que, em suas atividades funcionais, procuram atingir altos níveis de produtividade.

Do ponto de vista desta douta Comissão de Constituição e Justiça, nada há que obste, tanto do aspecto constitucional, quanto regimental, para a tramitação desta matéria.

Portanto, somos de opinião favorável ao presente Projeto de Resolução e nos manifestamos pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 29 de novembro de 1985.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente.

HERMAS BRANDÃO

Relator.

COMISSÃO EXECUTIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 104/83

PARECER:

O nobre Deputado Djalma de Almeida César pretende associar a Assembléia às promoções dos jornais "O Globo" do Rio de Janeiro e "O Estado do Paraná" desta Capital, destinadas a eleger o "comerciário do ano" e o "operário padrão".

Dita associação é representada pela atribuição de medalhas aos laureados nos respectivos certames.

Embora o projeto seja um tanto vago no tocante aos detalhes - tipo de medalha, qualidade do material, inscrições e outros - a iniciativa mereceu da douta Comissão de Constituição e Justiça pronunciamento favorável. É verdade que o artigo 2º transfere à Comissão Executiva a regulamentação do projeto e, com ela, o suprimento de todos os elementos de que carece a proposição. Todavia como se trata de mera autorização, que será facultativamente exercida, e tendo em vista que a presente Comissão Executiva está com seu mandato prestes a encerrar-se, o razoável é concorrer para entregar a decisão ao Plenário.

Assim, o parecer é favorável ao Projeto.

Sala de Reuniões, de novembro de 1984.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 182/84, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY E OUTROS, que reconhece a Associação dos Servidores da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná - ASALEP, como entidade representativa dos servidores da Assembléia Legislativa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 182/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

RESOLVE:

Art. 1.º - Fica reconhecida a ASALEP - Associação dos Servidores da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná como entidade representativa dos servidores da Assembléia Legislativa para os assuntos de natureza funcional nos termos do art. 84 da Constituição Estadual.

Art. 2.º - A representação legal dos servidores legislativos para os assuntos de natureza funcional será exercida pela ASALEP - Associação dos Servidores da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná junto à Comissão Executiva e demais Órgãos da Secretaria da Assembléia Legislativa.

Parágrafo Único - Ao encaminhar a indicação de representante, a Entidade referida fará anexar cópia do ato que deu investidura regular ao escolhido e respectivo suplente.

Art. 3.º - A Secretaria da Assembléia, através da Diretoria Geral e demais órgãos administrativos, dispensará à Entidade referida toda colaboração possível para o exercício da representatividade prevista nesta resolução.

Art. 4.º - A Associação dos Servidores da Assembléia Legislativa do Paraná deverá cooperar com as diretrizes, iniciativas e atos da Administração Superior da Assembléia Legislativa, com vistas ao aperfeiçoamento da qualificação profissional e melhoria do desempenho dos servidores legislativos.

Parágrafo Único - Anualmente a Entidade encaminhará à Comissão Executiva relatório circunstanciado de suas atividades, com o objetivo de comprovar seu funcionamento regular e o exercício adequado da representatividade dos interesses do corpo funcional da Assembléia Legislativa.

Art. 5.º - Ao encaminhar reivindicações de interesse dos servidores, a Entidade deverá manter registros, comprováveis por auditoria procedida pela Comissão Executiva ou por Lideranças de Bancada, que assegurem terem sido observados: procedimentos capazes de garantir amplo debate e adequada aprovação das propostas encaminhadas, seja pelo corpo de associados ou pelos órgãos internos de gestão, de forma a preservar a representatividade objetivada nesta Resolução.

Art. 6.º - A Associação dos Servidores da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná deverá prestar contas de quaisquer auxílios que receber da Assembléia Legislativa e mantê-los.

Art. 7.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1984.

(a) ANIBAL KHURY, AIRTON CORDEIRO,

ACIR MEZZADRI, PAULO FURIATI,

EDMAR LUIZ COSTA, GILBERTO CARVALHO,

ROBERTO REQUIÃO, ERVIN BONKOSKI,

FERRARI JÚNIOR, ORLANDO PESSUTI,

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR,

ADHAIL SPRENGER PASSOS,

TUGUIO SETOGUTTE, JORGE MAIA FILHO

EDUARDO BAGGIO, IVAN GUBERT,

NESTOR BAPTISTA, TADEU LÚCIO MACHADO,

ANTÔNIO ANNIBELLI, EDGAR PIMENTEL,

AUGUSTO CARNEIRO, HERMAS BRANDÃO,

AMÉLIA HRUSCHKA,

OSVALDO ALENCAR FURTADO,

MÁRIO PEREIRA, ERONDY SILVÉRIO,

IRONDI PUGLIESI, EZEQUIAS LOSSO

e DONATO GULIN

JUSTIFICATIVA:

1 - NECESSIDADE DE REPRESENTAÇÃO.

A dinâmica das relações funcionais entre a Administração Pública e seus servidores leva ao surgimento constante de reivindicações, necessidade de solução de problemas de interesse geral da categoria de servidores e outros assuntos correlatos (cooperação para treinamento, local de fornecimento de alimentação e outros).

Se não houver uma entidade representativa reconhecida, as reivindicações não deixam de surgir: elas passam a ser conduzidas de forma mais ou menos anárquica, patrocinadas por subgrupos ou subcategorias internas de servidores com maior acesso ao nível decisório.

Tal situação causa dificuldades à Direção do órgão em causa, além de afetar o moral e desempenho da classe funcional, porque nem sempre as reivindicações levadas são possíveis de atendimento e devem ser rejeitadas; ou quando prosperam, beneficiam um setor em prejuízo de diversos outros, que também resultam frustrados.

Para impedir esse conflito de interesses e elevar o padrão de representatividade das propostas que são apresentadas "em nome do funcionalismo do Poder Legislativo", é que se torna recomendável reconhecer, prestigiar e apoiar uma entidade verdadeiramente representativa. Ao mesmo tempo devem ser providos mecanismos para obter que o citado órgão representativo se mantenha o quanto possível democratizado na gestão e na seleção dos temas a serem defendidos.

A Resolução proposta, ao patrocinar o reconhecimento da ASALEP, como tal entidade, prescreve também deveres a essa instituição, a fim de assegurar adequada participação do corpo funcional e a regularidade do seu funcionamento enquanto entidade representativa dos servidores da Casa.

Aos direitos devem corresponder obrigações.

2 - A ENTIDADE.

Conforme as certidões em anexo, a Associação dos Servidores da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná foi constituída em 1983.

A Entidade foi regularmente registrada, sob o n.º 4.238, Livro A-3 de Pessoas Jurídicas, do 2.º Ofício do Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Curitiba, em 22/12/83, conforme documentação anexa.

Consoante o art. 3.º de seu Estatuto, anexo, a ASALEP tem como objetivos sociais:

"I - Representação dos interesses dos servidores junto à Administração Superior da ALEP:

II - Cooperação com as diretrizes, iniciativas e atos da Administração Superior da ALEP; valorização do corpo funcional e promoção do seu desenvolvimento profissional, para fortalecer o desempenho e a missão constitucional do Poder Legislativo;

III - Apoio às atividades beneficentes e sociais da CABENFALE Caixa Beneficente dos Funcionários da

Doutro lado, a Entidade "congrega servidores efetivos, contratados, adidos e comissionados", conforme o Estatuto, art. 4.º, "in fine".

Esta representação universal das categorias funcionais da Casa de Leis é reforçada pela existência de órgãos da Administração interna da Entidade voltados para essas categorias: o Conselho Deliberativo e Fiscal e o Conselho Consultivo, este último "composto por dois representantes indicados por cada categoria funcional existente na Assembléia Legislativa", segundo o art. 5.º, item II da Carta Constituída da ASALEP.

Atualmente a Associação possui filiados e dirigentes das áreas internas de

- . Servidores estatutários
- . Servidores celetistas
- . Servidores adidos
- . Servidores comissionados
- . Servidores inativos, conforme as listas anexas

de associados.

Já a CABENFALE – Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado, é um organismo social de mais alta relevância, operando na cobertura de funções próprias, como seu nome indica: "Caixa Beneficente". Ela associa especificamente funcionários efetivos da Casa de Leis e se especializou na prestação de assistência médico-dentária e na complementação de benefícios financeiros.

3. AS REALIZAÇÕES

O reconhecimento foi proposto em favor da ASALEP se justifica porque essa entidade já possui existência de um ano e meio, tendo amadurecido nesse período como grupo coeso de representação do funcionalismo do Poder Legislativo.

Iniciando-se como porta-voz dos servidores da Casa de Leis, desde começos de 1983, a ASALEP também tem buscado aprimorar e conscientizar o seu corpo de associados para a necessidade de contra-prestação de bons serviços, que façam jus aos vencimentos e vantagens percebidos, através de uma atuante Comissão de Ética.

Neste sentido, a ASALEP integrou, em 1983, o Grupo de Trabalho das Bancadas Partidárias e representantes da Comissão Executiva para os estudos que resultaram na Lei n.º 7784/83, que definiu as bases do Plano de Carreira para os servidores AL.

Em 1984, a Entidade trabalhou ativamente para obter a aprovação da Resolução n.º 57/84, que regulamentou o plano de carreira e vai permitir o acesso a servidores que há anos não eram promovidos, além de gerar vagas a serem preenchidas com o aproveitamento dos servidores celetistas atualmente marginalizados dentro da estrutura da Assembléia.

A ASALEP promove reuniões regulares de seus órgãos internos, mantém periódica cobrança de mensalidade módica de seus associados para despesas operacionais e procura se integrar às correntes do funcionalismo legislativo e estadual, estando com delegação formada para o II Congresso Estadual de Servidores Públicos do Paraná, em outubro vindouro.

4. CONCLUSÃO

Por fim, o Programa de Trabalho da Bancada majoritária desta Casa, a Bancada do PMDB, para o biênio 1983/84, prevê a participação dos servidores da Casa em todas as medidas de interesse do quadro funcional da Assembléia, como aplicação do princípio da Democracia Participativa.

Também a Ciência da Administração reconhece a importância do envolvimento dos colaboradores das organizações humanas como necessária para a obtenção de um grau de motivação e desempenho capazes de assegurar o cumprimento dos fins dessas organizações.

Justificado se torna, portanto, o reconhecimento ora pleiteado, para garantir plenas condições de representatividade e apoio institucional desta Casa de Leis à Associação dos Servidores da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

ANEXOS:

1. Certidão de Registro da ASALEP
2. Estatuto atualizado
3. Lista de dirigentes
4. Lista de Associados
5. Comprovantes de atividades

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COMARCA DE CURITIBA

ESTADO DO PARANÁ

2.º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Rua Marechal Floriano Peixoto, 256 – Telefone: 224-2444 -

224-6515

NICANOR RAMOS FILHO

TITULAR

JOÃO VALDIR JUSTUS

ESCREVENTE JURAMENTADO

NICANOR ANTONIO L. RAMOS

ROMOLO FERRARESE

NAIR MARIA L. RAMOS

EMPR. JURAMENTADOS

C E R T I D ã O

CERTIFICO a pedido de parte interessada que em data de 22 de Dezembro de 1.983 foi efetuado o Registro dos Estatutos da "ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ", registrado neste Cartório sob número 4.238, do Livro "A-3" de Pessoas Jurídicas, e, Microfilmado sob número 531.108, ficando devidamente arquivado neste Cartório os Documentos exigidos pelos artigos 120 e 121 da Lei 6.015 de 31 de Dezembro de 1.973. O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Curitiba - Paraná, 22 de Dezembro de 1.983.

ROMOLO FERRARESE

Emp. Juramentado

SALEP

ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Entidade Representativa dos Servidores do Poder Legislativo

RELAÇÃO DA DIRETORIA

Presidente: RAFAEL DE LALA SOBRINHO, brasileiro, casado, funcionário público estadual, RG. 521.340 - Pr, CPF n.º 002.957.449-87, residente e domiciliado à rua República do Líbano, 320, Jardim Social, nesta Capital;

VICE-PRESIDENTE: JOSÉ ANTONIO MAINGUE, brasileiro, casado, funcionário público estadual, RG. 369.611 - Pr, CPF n.º 111.619.739 - 15, residente e domiciliado à rua Solimões, 803, nesta Capital;

SECRETÁRIO: ALBINO DE BRITO FREIRE, brasileiro, casado, funcionário público estadual, RG. 338.969 - Pr, CPF n.º 002.934.829 - 34, residente e domiciliado à rua da Glória s/n, nesta Capital;

TESOUREIRO: GABRIEL LUIZ FRANCHESCHI, brasileiro, casado, funcionário público estadual, RG. 318.424 - Pr e CPF n.º 112.206.439 - 04, residente e domiciliado à rua Francisco Bonatto, 411, Colombo - Pr;

DIRETOR DE

ASSUNTOS LEGAIS: GILBERTO DAROS, brasileiro, casado, funcionário público estadual, RG. 464.924 - PR e CPF n.º 027.683.059 - 87, residente e domiciliado à rua Mal. Souza Franco, 1.250, ap.41, nesta Capital.

DIRETOR DE

ASSUNTOS TÉCNICOS:

-ADMINIST. AYRTON ALVES ARANHA, brasileiro, casado, funcionário público estadual, RG. 291.913 - Pr, CPF n.º 027.683.059 - 87, residente e domiciliado à rua Mal. Cardoso Junior, 48, nesta Capital.

ASALEP

ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Entidade Representativa dos Servidores do Poder Legislativo

II^{mo}. Sr. Titular do 2.º Ofício do Registro de Títulos e Documentos de Curitiba.

A Associação dos Servidores da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, associação civil fundada nesta cidade, vem requerer a Vossa Senhoria se digne proceder ao seu registro, conforme a lei, para o que junta os documentos necessários.

Curitiba, 30 de novembro de 1.983.

RAFAEL DE LALA SOBRINHO
Presidente

ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

CAP. I - CONSTITUIÇÃO, OBJETO E SEDE

Art. 1.º - Sob a denominação da Associação dos Servidores da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná - ASALEP fica constituída uma sociedade civil, sem fins lucrativos com duração indeterminada, que se regerá nos termos do art. 1363 e seguintes do Código Civil e deste Estatuto.

Art. 2.º - A sede da entidade será a Assembléia Legislativa, Palácio "19 de Dezembro" e o foro será o da capital do Estado do Paraná.

Art. 3.º - Os objetivos sociais são:

- I. Representação dos interesses dos servidores junto à Administração Superior da ALEP;
- II. Cooperação com as diretrizes, iniciativas e atos da Administração Superior da ALEP, valorização do corpo funcional e promoção do seu desenvolvimento profissional, para fortalecer o desempenho e a missão

constitucional do Poder Legislativo.

III. Apoio às atividades beneficentes e sociais da CABENFALE - Caixa Benficiente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

CAP. II - SÓCIOS

Art. 4.º - São sócios da Associação os servidores que assinaram a Lista de Presença à assembléia de fundação, e os que posteriormente solicitaram seu ingresso. A entidade congrega servidores efetivos, contratados, adidos e comissionados.

§ 1.º - Os associados gozarão do direitos e cumprirão as obrigações previstas na legislação civil, neste Estatuto, ou regimento aprovado pela Assembléia só, podendo ser excluídos por decisão do Conselho, mediante proposta fundamentada da Diretoria.

§ 2.º - Os sócios investidos na condição de administradores não perceberão qualquer remuneração da sociedade.

§ 3.º - Os sócios não respondem solidariamente pelas obrigações sociais.

CAP. III - ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 5.º - São órgãos de administração, o Conselho Deliberativo e Fiscal, o Conselho Consultivo e a Diretoria, compostos conforme a seguir:

I. CONSELHO DELIBERATIVO E FISCAL: Quinze

membros efetivos e oito suplentes, eleitos por voto direto e secreto dos associados, em chapa completa; para mandato de dois anos, adotando-se no que couber o processo eleitoral previsto no Estatuto da CABENFALE.

O Conselho será dirigido por um Presidente e um Secretário, eleitos dentre e por seus membros.

II. CONSELHO CONSULTIVO, composto por dois representantes indicados por cada categoria funcional existente na Assembléia Legislativa e homologados pelo Conselho Deliberativo e Fiscal, a saber: categoria dos servidores estatutários, servidores celetistas da Administração, servidores adidos, servidores comissionados, servidores celetistas dos Gabinetes Parlamentares e servidores indiretos vinculados às empresas prestadoras de serviços temporários ou especiais junto à Assembléia Legislativa.

III. DIRETORIA: Seis membros, eleitos pelo Conselho Deliberativo e Fiscal, em sessão especial, os quais poderão ser ou não membros do referido Conselho, com mandato de dois anos por maioria absoluta, e demissíveis mediante decisão por igual maioria do mesmo Conselho, em casos fundamentados de violação às normas legais ou a este Estatuto. Os membros da Diretoria são: Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Diretor do Departamento de Assuntos Legais, Diretor do Departamento de Assuntos Técnico-Administrativos e Tesoureiro, com as atribuições próprias e usuais às suas designações.

§ 1.º - A primeira Administração terá caráter provisório enquanto não procedido o registro definitivo da Associação. Após o que, mediante assembléia especialmente convocada será feita a eleição do primeiro Conselho Deliberativo/ Fiscal definitivo.

- § 2.º — Para a primeira composição dos órgãos da Administração, a eleição de todos os membros do Conselho e Diretoria será feita diretamente pela Assembléia de fundação pelo processo que for na ocasião decidido.
- § 3.º — Os servidores não efetivos com mais de 2 anos de Casa, poderão integrar em até um terço os órgãos da Administração, enquanto permanecerem vinculados funcionalmente à Assembléia.
- § 4.º — A representação da Associação em juízo ou fora dele será feita pelo Presidente da Diretoria, por si ou por procurador especialmente constituído.

CAP. IV — PATRIMÔNIO

- Art. 6.º — O patrimônio da Associação será constituído pela contribuição dos associados e outras receitas que vier a usufruir, e sua gestão deverá ser feita dentro dos princípios legais e de boa técnica contábil - administrativa.
- § Único — Respeitando o princípio da distribuição equitativa dos encargos, incumbirá ao Conselho Deliberativo Fiscal, sob proposta da Diretoria, aprovar o regime de mensalidades sociais e o orçamento, observando-se no que couber o disposto no Estatuto da CABENFALE.

CAP. V — DISPOSIÇÕES GERAIS

- Art. 7.º — Aos administradores incumbe dirigir a entidade dentro dos princípios expressos na Exposição de Motivos de sua fundação e neste Estatuto, observando sempre o espírito de respeito à autoridade constituída e às leis, de cooperação com entidades similares, e de defesa e valorização do quadro de servidores da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.
- § Único — Esta disposição obriga também os associados.
- Art. 8.º — A reforma do Estatuto será procedida por assembléia geral extraordinária, convocada especialmente para esse fim, com "quorum" de dois terços dos associados em primeira convocação; e em segunda convocação, com qualquer "quorum".
- § 1.º — A dissolução da Associação obedecerá aos mesmos requisitos quanto ao "quorum" de deliberação, mas a assembléia só poderá ser instalada com a presença da maioria simples dos associados.
- Art. 9.º — No caso de dissolução, o patrimônio acaso existente será transferido, por doação, à Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa, ou a outra entidade sem fins lucrativos que for designada pela Assembléia que decidir a dissolução.
- § 1.º — O liquidante será o presidente da última Diretoria, ou na sua falta, o presidente do Conselho Deliberativo e Fiscal.
- Art. 10 — Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Deliberativo e Fiscal, tendo sempre em vista o fortalecimento da Associação e os princípios gerais de direito.

Curitiba, 30 de novembro de 1983.

(aa) (Assinaturas ilegíveis)

ASALEP

ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Entidade Representativa dos Servidores do Poder Legislativo

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DIRETORA DA
ASALEP NO DIA 11 DE JULHO DE 1984.

Aos onze dias de julho de 1984, no Restaurante da Assembléia Legislativa, reuniu-se a Comissão Diretora Provisória da Associação dos Servidores da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, eleita pelo Conselho Deliberativo e Fiscal em reunião de 1.º. 06. 84, presentes os membros que assinaram a Lista de Presença própria. Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Rafael de Lala Sobrinho, que, depois de verificar a existência de número legal, convidou a mim, Emerentino da Cruz Pacca, para servir como secretário e anunciou a presença, também, dos conselheiros João Alberti Andretta e Jonas Zampier. O presidente declarou que o objetivo da reunião era a adoção de providências para manter o funcionamento da Entidade propondo o seguinte: 1. Indicação do conselheiro e membro da Comissão, Orlando Sabotto, para atender os assuntos de expansão de filiados estatutários, encarregar o conselheiro e membro da Comissão, José Luiz Ramuski, para idêntica tarefa junto aos filiados celetistas; 2. Designação do associado JOSÉ ARY NASSIF para a função de Tesoureiro, ao referendado da primeira reunião plenária do Conselho Deliberativo ou da mais próxima Assembléia Geral; 3. Indicação do Conselheiro e membro da Comissão, RAFAEL DE LALA SOBRINHO, para presidente e, do conselheiro Emerentino da Cruz Pacca, para secretário. Submetidos à votação, todos os itens foram aprovados, tendo a Comissão empossado os indicados no mesmo ato. O presidente franqueou a palavra, quando o conselheiro João Andretta congratulou-se com a ASALEP pela aprovação da Resolução n.º 57/84, que regulamenta o sistema de promoção funcional na Assembléia e disse que a entidade precisa se preparar para outra campanha nessa área, em breve. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo lavrada esta ata, que vai assinada por mim, secretário e, pelo presidente. a) Emerentino da Cruz Pacca, secretário; b) Rafael de Lala Sobrinho, presidente.

(aa) RAFAEL DE LALA SOBRINHO — Presidente;
EMERENTINO DA CRUZ PACCA - Secretário.

ASALEP
Mandato 1984/85

CONSELHO DELIBERATIVO E FISCAL

MEMBROS EFETIVOS:

1. Rafael de Lala Sobrinho
2. João Alberti Andretta
3. Manoel Aguiar Filho
4. José Olímpio Sotto Maior
5. Esverben Plaisant
6. Jonas Zampier
7. Ayned Tizzot
8. Solon Fontoura Rodrigues
9. José Rosa Filho
10. José Antonio Maingué
11. José Luiz Ramuski
12. Wilson Silva
13. Manrique Gândara Filho
14. Milton Luiz Kuster
15. Nilce A. Poli Milani

MEMBROS SUPLENTE:

1. Djalma Cavalcanti
2. Zelma Lopes Wojcik
3. Emerentino da Cruz Pacca
4. Paula Greiffo

5. Orlando Sabotto
6. Wilfried Koester
7. Ademir Bork
8. Almir O. Santos

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Anibal Khury, o presente Projeto de Resolução tem por finalidade o reconhecimento da Associação dos Servidores da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná - ASALEP, como entidade representativa dos Servidores do Poder Legislativo, junto a Comissão Executiva.

Analisando-se o aspecto legal e constitucional da matéria, área de competência desta Comissão, temos que nada há que possa obstaculizar a sua normal tramitação por esta Casa.

Tendo em vista o exposto, e o teor do Projeto de Resolução, meu parecer é favorável à aprovação do Projeto. É o Parecer.

Sala das Comissões, em 27 de novembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

IVAN GUBERT

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 117/84, de autoria do Deputado EDGARD PIMENTEL, que veda à Administração Pública e Empresas Estatais, a celebração de acordos exclusivos com Agentes Financeiros para prestação de serviços que especifica e dá outras providências. Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI Nº 117/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1º - Fica vedada à administração pública e empresas estatais a celebração de acordos exclusivos com agentes financeiros para a prestação de serviços de controle de cobrança das multas de trânsito e renovação do licenciamento de veículos.

Parágrafo Único - Os acordos em vigor ficam sem efeito a partir da data da vigência desta lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1984.

(a) EDGARD PIMENTEL

JUSTIFICATIVA:

O acordo de prestação de serviços celebrado entre o Departamento de Trânsito da Secretaria de Segurança Pública e o BANESTADO, além de conferir àquele banco a exclusividade para carimbar a TRU, em detrimento de outros bancos que prestam inestimáveis serviços ao Estado, vem sendo usado com instrumento de pressão e esmagamento contra a laboriosa classe dos Despachantes de Trânsito, devidamente credenciados junto àquela autarquia, pois diversos gerentes de agências bancárias no interior tem procurado firmas e particulares para que lhes encaminhem diretamente a documentação dos veículos a serem licenciados impedindo, com isto a intervenção

daquele profissional que há tantos anos presta os seus serviços ao Paraná.

Entendemos ser uma questão da própria sobrevivência da operosa classe de despachante de trânsito e anulação do acordo celebrado em 24 de agosto de 1979, entre a Secretaria da Segurança e o BANESTADO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 117/84

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Edgard Pimentel, objetiva vedar à Administração Pública e empresas estatais a celebração de acordos exclusivos com agentes financeiros para a prestação de serviços de controle de cobrança de multas de trânsito e renovação de licenciamento de veículos.

Procedendo o estudo do mesmo fica constatado que trata-se de matéria de competência privativa do Governador "prover em geral às necessidades da administração do Estado", conforme o Artigo 47, inciso XVI, da Constituição Estadual.

Assim sendo, somos contrários à aprovação do mesmo por conflitar com mandamento constitucional, reservando-nos porém, o direito de votar favoravelmente à matéria no caso de seu autor transformá-lo em sugestão ao Poder Executivo.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 27 de março de 1985.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

EDMAR LUIZ COSTA

Relator.

Em votação. Aprovado.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Questão de Ordem) - Senhor Presidente, o Projeto de lei nº 117/84, está com Parecer contrário da C.C.J.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Procede a questão de Ordem de Vossa Excelência, e a Mesa vai proceder de forma inversa. Os Senhores Deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se. REJEITADO O PROJETO.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 136/84, de autoria da Deputada AMÉLIA HRUSCHKA, que denomina "RODOVIA DO MILHO" à PR-272 que liga a BR-376 (MAUÁ) à sede do Município de Ivaiporã, conforme especifica. Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J., por unanimidade. Rejeitado.

PROJETO DE LEI Nº 136/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica denominada "RODOVIA DO MILHO" a PR 272 que liga a BR 376 (MAUÁ) à sede do Município de Ivaiporã.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A PR-272 atende atualmente inúmeros municípios, entre os quais Faxinal, Jardim Alegre e Ivaiporã, todos estes onde há prevalência de pequenas ou médias propriedades agrícolas, as quais se dedicam ao plantio de cereais, principalmente do milho.

Ivaiporã, município dos mais desenvolvidos de todo o nosso Estado, é atualmente reconhecida como a Capital do milho e nada mais justo denominar-se com o nome ora pretendido a estrada que faz hoje o escoamento da produção, trazendo com isso o progresso não só para a região, mas também a todo o Estado do Paraná.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 136/84

PARECER:

O presente projeto de lei, de iniciativa da ilustre Deputada Amélia de Almeida Hruschka, pretende denominar de "RODOVIA DO MILHO", a PR-272, que liga a BR-376 (MAUÁ) à sede do Município de Ivaiporã.

Na qualidade de relator da referida matéria, solicitamos que o mesmo fosse convertido em diligência junto à Secretaria de Estado dos Transportes, para o necessário esclarecimento com relação à possibilidade da citada rodovia já possuir alguma denominação.

Aquela Secretaria esclareceu que o trecho em referência "é constituído de subtrechos de duas rodovias estaduais transitórias: PRT-272 e PRT-466". Além disso, "esses subtrechos são coincidentes com as diretrizes das rodovias federais de numeração correspondente, BR-272 e BR-466". Por outro lado, segundo o esclarecimento daquela Secretaria, "o DER tem solicitado ao DNER o reconhecimento e a incorporação desses subtrechos à rede rodoviária federal".

Neste sentido, "verifica-se não ser recomendável o prosseguimento do referido Projeto de Lei", conclui a Secretaria de Estado dos Transportes.

Portanto, de conformidade com o relatado, nos vemos contrangidos a manifestar o nosso parecer contrário, opinando-se pela rejeição do referido projeto de lei.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 27 de novembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR – Presidente;

HERMAS BRANDÃO – Relator.

1a. DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 185/84, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que declara de utilidade pública o "EDUCANDÁRIO BOM PASTOR – MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO DE VIDAS", com sede no Município de Telêmaco Borba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.** (Publicado no D.A. nº 119, de 12/11/1984.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 185/84

PARECER

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado

Tadeu Lúcio Machado, tem por finalidade declarar de utilidade pública o "Educandário Bom Pastor Movimento de Libertação de Vidas", com sede e foro no Município de Telêmaco Borba.

Encontra-se o processado devidamente instruído, com a documentação exigida pela legislação pertinente a matéria – Lei nº 6.994, de 10/01/78, inexistindo, portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal a sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente a sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de novembro de 1984.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente e Relator

1a. DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 192/84, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que declara de utilidade pública a SOCIEDADE RURAL "AMIGOS DO BAIRRO PARADÃO", com sede e foro em Wenceslau Braz. Com PARECER FAVORÁVEL E SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.** (Publicado no D.A. nº 118, de 8-11-1984).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 192/84

PARECER:

De autoria do Deputado Edmar Luiz Costa, o presente Plano de Lei pretende declarar de utilidade pública a "SOCIEDADE RURAL AMIGOS DO BAIRRO PARADÃO", com sede e foro no Município de Wenceslau Braz.

A presente matéria já esteve em análise nesta Comissão, quando se constatou a omissão de alguns itens da Lei 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regula a matéria, ocasião em que foi convertida em diligência junto ao seu autor.

Cumprida agora todas as exigências da referida Lei, opinamos pela sua aprovação, na forma do Substitutivo em anexo, para melhor atender a forma Legislativa.

Sala das Comissões, em 27 de novembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR – Presidente;

BASÍLIO ZANUSSO – Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 192/84

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a "Sociedade Rural Amigos do Bairro Paradão", com sede e foro no Município de Wenceslau Braz.

Art. 2º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27 de novembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR – Presidente;

BASÍLIO ZANUSSO – Relator.

Apoiamento:

Homero Oguido, Hermas Brandão, Ivan Gubert,

Tadeu França, Ezequias Losso e Gilberto Carvalho.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 306/84, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que estabelece a data de "29 DE MARÇO", anualmente, em todo o Estado do Paraná, às comemorações do "DIA DA CULTURA RACIONAL PARANAENSE". Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 306/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

- Art. 1.º — O dia 29 de março será dedicado, anualmente, em todo o Estado do Paraná, às comemorações do "Dia da Cultura Racional Paranaense".
- Art. 2.º — As autoridades estaduais concederão facilidades para a realização de Atos Públicos alusivos à data.
- Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 1984.

(a) HERMAS BRANDÃO.

JUSTIFICATIVA:

A Cultura Racional é um conhecimento inédito, extracósmico, provado e comprovado, que promove o desenvolvimento do raciocínio, colocando o ser humano na condição de conhecer as três mecânicas do Universo: a mecânica material, a mecânica celeste e a mecânica racional. Através da Cultura Racional, as pessoas são levadas ao conhecimento de tudo, de todos e de si mesmo, descortinando os mistérios, enigmas e fenômenos que encobrem a natureza e embargam a ciência: da comum à filosofia. Como consequência, o estudante, principalmente, passa a assumir um comportamento equilibrado, positivo, com senso de humanidade e de real interesse pela vida, pelos semelhantes e por si mesmo.

A criação do Dia da Cultura Racional Paranaense enseja oportunidade rara para que os habitantes deste Estado conheçam a origem da humanidade, seus primórdios e sua evolução, proporcionando aprendizado excepcional de matérias desconhecidas inatingíveis, desde o início de nossa civilização. A Cultura Racional explica, de maneira concisa, racional e sistemática, os acontecimentos da história da vida e do mundo, fazendo com que o passado, presente e futuro se encontrem de maneira objetiva, englobando os conhecimentos do Universo visível e invisível, para a compreensão dos povos. Se aplicada no ensino público, a Cultura Racional desperta nos alunos o gosto pelos estudos, porque o estudante passa a se conhecer, compreendendo sua importância e responsabilidade perante seus semelhantes e perante a natureza, redundando num aproveitamento escolar real e positivo.

A Cultura Racional é um método de aprendizado direcionado para o aproveitamento de todas as

potencialidades do nosso raciocínio e que vem sendo utilizado desde 1935, com milhares de seguidores, hoje, por todo o Brasil e em várias partes do mundo. Esse método leva os homens a dedicarem suas vidas à salvação e redenção da humanidade, tão conturbada pelos efeitos negativos das energias elétrica e magnética, que deixaram de ser alimentadas pela natureza e estão em liquidação, fazendo com que a humanidade se desequilibre e proceda contra si mesma. A Cultura Racional vem justamente ensinar a maneira de como se imunizar desses efeitos negativos, consciente e racional, através do desenvolvimento do raciocínio, para alcançar a paz, o amor e a fraternidade, universalmente tão buscados e nunca encontrados. A criação do Dia da Cultura Racional Paranaense é proposta, então, com a finalidade de levar ao povo paranaense eventos culturais e sociais, como conferências, por exemplo, voltados para a única finalidade de união dos povos de todo o mundo. Assim, tratando-se de assuntos da mais alta relevância e imprescindível para a continuação da evolução humana, contamos com a compreensão dos ilustres companheiros para a aprovação do presente projeto de lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 306/84

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Hermas Brandão o presente plano de lei tem por finalidade estabelecer a data de "29 de março", para as comemorações, em todo o Estado do Paraná, do "Dia da Cultura Racional Paranaense".

Devidamente justificado, nos termos do Regimento Interno, a matéria não encontra qualquer óbice, quer legal quer constitucional, que possa impedir a sua normal tramitação.

As razões do plano de lei, conforme esclarece seu autor na justificativa que o acompanha nos convence de sua oportunidade, razão pela qual nos pronunciamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20 de novembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;

ANIBAL KHURY — Relator.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 03/85, VETO aposto ao Projeto de Lei Complementar n.º 28/83, de autoria do Deputado NESTOR BAPTISTA, que dá nova redação ao Artigo 12, da Lei n.º 4.335, de 20.01.61. (FUNCIONÁRIOS ESTATUTÁRIOS DO DEPARTAMENTO DA IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO — DIOE). Com PARECER da C.C.J., pela manutenção do VETO.

Of. n.º DTL/230/84

Curitiba, 12 de dezembro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n.º 193/84, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento

de Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o art. 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1.º, do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei Complementar n.º 28/83, por julgá-lo inconstitucional em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo alterar a redação do art. 12, da Lei n.º 4.335, de 20 de janeiro de 1961, para assegurar aposentadoria com proventos integrais, aos funcionários do Departamento de Imprensa Oficial do Estado, admitidos nos cargos que especifica, antes de 1.º de fevereiro de 1962 e que contarem mais de 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício em função gráfica considerada insalubre.

O não acolhimento ao plano de lei em exame decorre de sua inconstitucionalidade em face dos mandamentos contidos no art. 103 da Constituição Federal, segundo os quais "Lei Complementar, de iniciativa exclusiva do Presidente da República, indicará quais as exceções às regras estabelecidas, quanto ao tempo e natureza de serviço, para aposentadoria, reforma, transferência para a inatividade e disponibilidade". Tal preceito, por determinação do art. 108, da referida Carta Magna tem aplicabilidade aos funcionários estaduais.

Não obstante os aspectos abordados, a Secretaria de Estado da Administração foi ouvida e emitiu parecer ressaltando, também, o fato de matéria semelhante (Emenda n.º 21, de 5.12.83, à Constituição Estadual), estar "subjudice", no Supremo Tribunal Federal, em face de representação do Procurador Geral da República, requerida pelo Governo do Estado.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Cívico— Bento Munhoz da Rocha Neto

COMPLEMENTAR

Projeto de Lei n.º 28/83

DECRETA:

Art. 1.º — O artigo 12, da Lei n.º 4.335, de 20 de janeiro de 1961, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12 — Aos funcionários do Departamento de Imprensa Oficial do Estado, admitidos nos cargos de Técnico em Artes Gráficas, Tipógrafo Paginador, Impressor, Linotipista e Auxiliar de Artes Gráficas, antes de 1.º de fevereiro de 1962, posteriormente transformados pela Lei n.º 7.424/80, que contarem com mais de 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício em função gráfica, considerada insalubre, fica assegurada aposentadoria com vencimentos integrais.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de

sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 13 de novembro de 1984.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO: Veto n.º 03/85 — Veto aposto ao Projeto de Lei Complementar n.º 28/83, de autoria do ilustre Deputado Nestor Baptista, alterando a redação do artigo 12, da Lei n.º 4.335, de 20 de janeiro de 1961.

PARECER:

O veto aposto ao Projeto de Lei Complementar n.º 28/83, foi comunicado a esta Casa, pelo Sr. Governador do Estado, através de Ofício n.º DTL/230/84, datado de 12 de dezembro de 1984, daí decorrendo o prazo constitucional para a respectiva apreciação pela Assembléia Legislativa.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo estabelecido pela Carta Magna Estadual e decorre de sua inconstitucionalidade em face dos mandamentos contidos no artigo 103 da Constituição Federal.

Diante do exposto, a matéria se encontra em condições de ser submetida à consideração do Plenário, opinando-se pela manutenção do veto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de março de 1985.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;

CAÍTO QUINTANA — Relator.

Está em discussão o projeto. Está em votação e projeto de lei complementar n.º 28/83.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, a apresentação desse projeto deu-se, no meu entendimento, apenas para corrigir uma distorção e para que se chegue a um mínimo de coerência e de justiça. Com a devida vênia, entendo que não procede o veto aposto ao projeto. A aposentadoria em menor tempo de serviço, nos casos de insalubridade ou encargos cuja natureza exija um maior empenho do trabalhador ou servidor público, já não é norma consagrada no direito brasileiro.

Há pouco tempo, mais precisamente em julho de 1984, o Governo Federal disciplinou a contagem de tempo de serviço proporcional no caso de aposentadorias especiais, possibilitando que, ainda que trabalhando em ocupação diversa, o próprio gráfico pudesse obter tal vantagem referente ao tempo em que seu serviço era insalubre. Quem não conhece os perigos

a que estão submetidos diariamente aqueles que trabalham nas oficinas gráficas?

Qual a diferença entre a insalubridade de quem trabalha na mesma repartição, no caso, Imprensa Oficial do Estado, sob o regime estatutário, e C.L.T.?

Por que os servidores registrados sob o regime C.L.T. têm garantida a sua aposentadoria aos 25 anos de serviço e os estatutários não?

A resposta, no meu entendimento, é simples: o direito que a Legislação Estadual lhes havia assegurado foi cortado de maneira enganosa.

Substituíram o benefício da aposentadoria concedida somente aos gráficos, por uma gratificação de risco de vida, dada também àqueles que trabalhavam nos escritórios da Imprensa Oficial.

Tudo isso ficou claro na exposição de motivos que encaminhamos para estudos a serem procedidos junto ao Poder Executivo.

Entretanto, o expediente, no seu caminho burocrático, acabou se perdendo.

A verdade é que os gráficos não podem esperar trabalhando em local mundialmente considerado insalubre, pelo direito de igualdade que se impõe seja reconhecido de imediato, assim como o foi em relação aos professores.

Convém notar que a norma que pretendemos revitalizar já existia em nossa Legislação Estadual, sendo que, ainda que revogada, deveria beneficiar os servidores do Departamento de Imprensa Oficial do Estado, da época.

A propósito, são poucos os servidores que poderão se beneficiar com o reconhecimento de tal benefício, e justamente àqueles que foram ludibriados por manobras administrativas de governos anteriores.

Nosso voto, não só por coerência, Senhor Presidente, mas, principalmente por questão de direito e de justiça, será pela rejeição do veto e aprovação do projeto.

E também tomei conhecimento, há pouco, através da Liderança da nossa Bancada e Liderança do Governo, de que na esfera Federal também se pretende acabar com essa insalubridade, com o reconhecimento do direito a que tem o funcionário gráfico.

Entendo, portanto, Senhor Presidente, e justamente a Noba República parece estar aí para corrigir as distorções que tomaram conta deste País nos últimos anos, que é impraticável, ou inconcebível, que um cidadão que trabalha na mesma sala, um ao lado do outro, um é C.L.T., tem direito à aposentadoria aos 25 anos; o outro é estatutário, cometeu o crime de ser estatutário, só pode ter a sua aposentadoria aos 30 anos de serviço.

Por isso, a apresentação do nosso projeto, devidamente respaldado por aqueles funcionários que foram lesados e prejudicados nas suas pretensões. E eu gostaria de solicitar aos companheiros de nossa bancada e desta sessão plenária que se ativessem à leitura do projeto para que, mais uma vez, uma injustiça não fosse cometida.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — (Faz soar a campainha).

O SR. ANTONIO BELINATI — Senhor Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Tem a palavra o Deputado Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI — A Bancada do PDS votará contra o veto do Governador.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Os Senhores Deputados que aprovam o projeto, queiram ficar como estão. Rejeitado o projeto, mantido o veto.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Senhor Presidente, solicito verificação de votação, e para que tal se efetue, solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — A Mesa defere e vai proceder à chamada nominal.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — Procede à leitura da chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — 33 Srs. Deputados responderam a chamada. Há “quorum” para votação. Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se.— **REJEITADO.**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado José Antônio Fonseca, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Colla, ocorrido no dia 7 de abril do corrente ano.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Álvaro Gottardi, ocorrido no dia 11 de abril do corrente ano, nesta Capital.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alberto Cordeiro de Souza, ocorrido nesta Capital.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Jovelino Zanoni, Aquelino Zanoni e José Luiz Zanoni, na Vila Bendo, Município de Santa Terezinha de Itaipu.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Colla, no Município de São Miguel do Iguaçu.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Moysés

Parcianello, ocorrido no dia 10 de abril do corrente.—

Aprovado.— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Mário Lamberti, ocorrido no dia 13 de abril do corrente ano, no Município de Cornélio Procopio.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Raimundo Crestani, ocorrido no Município de Ubatã.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Carmino Donato, ocorrido nesta Capital.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação em redação final do Projeto de Lei n.º 22/85, oriundo de mensagem governamental, que autoriza abertura de crédito especial, alterando os orçamentos das Secretarias de Estado da Administração e Especial para Assuntos de Comunicação Social.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 11/85, que dispõe sobre o zoneamento agrícola para implantação ou expansão de áreas ou projetos destinados à produção de álcool e dá outras providências.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 333/84, que visa declarar de utilidade pública a entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Telêmaco Borba.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aníbal Khury, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 330/84, que denomina de Alberto Baggio, o trecho da PR-559, que liga os Municípios de Paraíso e Mirador.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Segurança Pública, encarecendo a regulamentação da promoção por mérito dos agentes de segurança.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aníbal Khury, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela indicação do Dr. Fernando Andrade de Oliveira para o cargo de Procurador da República, no Paraná.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos

Transportes, encarecendo a recuperação da estrada do Cerne, no trecho compreendido entre os distritos de Bateias, no Município de Campo Largo e Abapam, no Município de Castro.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, com apoio do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Comunicação Social, encarecendo informações sobre despesas com programas de televisão, nos termos da Constituição e do Regimento Interno.— Rejeitado.

O SR. ANTONIO BELINATI — (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) — A Mesa defere e vai proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

7 Srs. Deputados aprovam; 14 Srs. Deputados rejeitam. Não há “quorum” para votação.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo serviços de conservação do acesso rodoviário de Marechal Cândido Rondon, no rumo de Toledo-Cascavel, passando pelos Distritos de Quatro Pontes, Nova Sarandi e Vila Nova.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do aniversário do Município de Palmas.— **Aprovado.**— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a adoção de um programa de fluoretação na água que abastece a população do Município de Terra Boa.— Em votação.

O SR. ANTONIO BELINATI — (Pela ordem) — Como é visível que não há “quorum” para prosseguimento da sessão, eu solicito que Vossa Excelência, mesmo assim, proceda a verificação de “quorum”.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) — Vossa Excelência está requerendo chamada nominal?

A Mesa vai proceder a chamada nominal dos Srs. Deputados. Não há “quorum” para votação.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, eu insisto com Vossa Excelência que foi pedido verificação de “quorum”.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — A Mesa só pode proceder a verificação para prosseguimento da sessão procedendo a chamada nominal.

Vai se proceder a chamada nominal.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Retiro o pedido.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Continua em discussão o requerimento de autoria do Deputado Rubens Bueno, que requer seja remetida comunicação oficial. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do ITC, por intermédio da Secretaria da Agricultura, encarecendo a criação e instalação de um escritório daquele Instituto no Município de Roncador. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da COPEL, encarecendo a agilização do "Clic Rural" na região pertencente ao Município de Sertãoópolis. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a implantação de um programa de fluoretação na rede de água do Município de Quinta do Sol. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Dr. Dúlio Luiz Bento, pela sua nomeação para diretor geral do Tribunal de Contas do Estado. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulín, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Sr. Rubens Bendlin, pela sua eleição como presidente da Associação Paranaense de Farmacêuticos — ASPAFAR. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor da PARANATUR, por intermédio da Secretaria da Cultura e do Esporte, encarecendo a recuperação da Gruta de Campinhos, situada às margens da BR-476, Estrada da Ribeira. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Comissão do Congresso Nacional que analisa propostas de reforma da legislação eleitoral, encarecendo a extensão do direito de voto aos milicianos brasileiros através de aprovação de Emenda Constitucional proposta pelo Sr. Deputado Armando Pinheiro. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário das Finanças, encarecendo informações quanto ao volume arrecadado pelo ICM nos meses de junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 1984, e janeiro, fevereiro e março de 1985. Em discussão.

O SR. CAITO QUINTANA — (Pela Ordem) Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidente da República em exercício, Ministro do Planejamento, Presidente do PMDB e Presidente Nacional do PFL, encarecendo a divulgação do Programa da Aliança Democrática e as Diretrizes do Governo Tancredo Neves. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo a implantação do serviço de assistência médica e dentária aos detentos da 9.^a Região Sub-divisão policial do Estado. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Comandante da 5.^a RE/DE, encarecendo a dispensa obrigatória do serviço militar a jovens da zona rural dos municípios do Estado do Paraná. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor da Viação Garcia S/A., encarecendo sejam colocados melhores ônibus nas linhas de maior percurso, sobretudo Maringá - Curitiba, cujo itinerário mormente à noite, é servido por péssimos carros. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo a implantação de um posto de identificação no Município de Nossa Senhora das Graças. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do

expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo a implantação de um sistema completo de iluminação junto à cancha poli-esportiva da Escola Estadual Basílio Pertew - Ensino de 1.º Grau, no distrito de Ângulo, Município de Iguaraçu. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo a construção de um novo prédio para a CIRETRAN do Município de Arapongas. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Gernote Kirimus, e Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da Companhia Paranaense de Silos e Armazéns, encarecendo a instalação de uma unidade da mesma no Município de Altônia. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, encarecendo a destinação de um veículo para a Inspetoria de Ensino do Município de Peabiru. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem Estar Social, encarecendo a implantação de um programa de fluoretação na água distribuída para a população do Município de Boa Esperança. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo a criação e instalação de um módulo policial na localidade de Paraíso do Sul, Município de Barbosa Ferraz. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da Companhia Paranaense de Silos e Armazéns, encarecendo a reativação do esquema de atendimento efetuado durante a safra de feijão pela unidade de Cerro Azul. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Agricultura, encarecendo o cancelamento do registro de empresas que causam violações

costumaz das normas de aplicação aérea de agrotóxicos prescritas pelo Ministério da Agricultura. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, manifestando apoio à Associação dos Agentes de Segurança pela reivindicação da supressão da carreira de Agentes de Segurança igualando-os à carreira de detetive e a criação da carreira de investigador. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor do DETRAN, por intermédio da Secretaria de Segurança Pública, encarecendo esclarecimentos sobre o protocolo n. 019415. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Superintendente da FUNDEPAR, encarecendo o aumento de verba e/ou gêneros alimentícios para a merenda escolar das escolas do Município de Peabiru. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo doações de livros e publicações diversas para a Biblioteca Pública do Município de Peabiru. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo a instalação de um módulo policial no Conjunto Habitacional Doutor Milton Luiz Pereira, no Município de Campo Mourão. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando transcrição nos anais da Casa, da matéria publicada no jornal "O Estado do Paraná", sob o título "A renúncia de Richa". Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de telex ao Senhor Ministro do Trabalho, encarecendo a substituição do Delegado Regional do Trabalho do Paraná. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro do Trabalho

manifestando apoio ao recurso administrativo impetrado pela APPD - Nacional. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de telex à Senhora Secretária da Educação, encarecendo a normalização das aulas nos cursos de magistério desenvolvidos pelos estabelecimentos estaduais de ensino. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo o cascalhamento da estrada do Distrito de Rosário, Município de Grandes Rios, passando pela localidade de Vila União até o Rio Alonso, bem como o cascalhamento da estrada da localidade de Campineiro do Sul, ao entroncamento da estrada que passa por Vila União. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Comandante Geral da Polícia Militar do Estado, por intermédio da Secretaria da Segurança Pública, encarecendo a permanência dos soldados daquela corporação junto às delegacias de polícia do interior. Em discussão.

O SR. GABRIEL MANOEL - (Pela Ordem) Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro dos Transportes, encarecendo a pavimentação asfáltica da Rodovia Toledo - Porto Britânia, passando pelas localidades toledanas de Xaxim, Nova Concórdia, Dez de Maio, com acesso para Cerro da Lola e Km. 41, e no Município de Marechal Cândido Rondon pelas localidades de Linha União,

São Cristóvão, Vila Margarida e Pato Bragado. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, e lido da tribuna, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretários da Agricultura e Indústria e Comércio, encarecendo sejam sanadas as arbitrariedades que estão culminando com o esvaziamento dos produtores sericícolas do Estado e sua respectiva comercialização. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, com apoio do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Educação, encarecendo a liberação de verbas à Universidade Federal do Paraná, para utilização nas aulas de campo do curso de geologia, sem o que o referido curso estará sensivelmente prejudicado em seu currículo. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário das Finanças, encarecendo a construção de uma sede própria para a agência de rendas do Município de Araruna. Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.^o 289/84.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n.^{os} 104/83, 182/84 e dos projetos de Leis n.^{os} 185/84, 192/84, 306/84.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.^o 339/84.

Levanta-se a sessão.